ICMPD
International Centre for Migration Policy Development

Financiado pela União Europeia

MT BRASIL: Migrações Transfronteiriças

Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios

Coleta e Disseminação de Informações na Área de Migração Internacional no Brasil

MINISTÉRIO DO TRABALHO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

MT BRASIL:

Migrações Transfronteiriças

Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios

COLETA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Ficha Técnica

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) – Viena:
Lukas Gehrke, Elisa Trossero, Enrico Ragaglia, Edgar Federzoni dos Santos

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) – Escritório de Ligação no Brasil:
Daya Hayakawa Almeida e Joana Cavalcanti Barbosa

Autores: Duval Magalhães Fernandes (Coordenador), Maria da Consolação Gomes de Castro (Pesquisadora), Nayara Batista (Estagiária/Bolsista de Iniciação Cientifica)

Ministro de Estado do Trabalho
Ronaldo Nogueira

Presidente do Conselho Nacional de Imigração
Paulo Sergio de Almeida

Coordenador-Geral de Imigração
Hugo Medeiros Gallo da Silva

Coordenador do Conselho Nacional de Imigração
Luiz Alberto Matos dos Santos

Equipe técnica do Conselho Nacional de Imigração:
Alessandra Teixeira de Araújo, Ana Paula Santos da Silva, Ana Priscila Martins da Cruz Mendes, Glenda Cristine Cruz Corrêa.

ICMPD
International Centre for
Migration Policy Development

Financiado pela
União Europeia

MT BRASIL:
Migrações Transfronteiriças

Fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios

COLETA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Duval Magalhães Fernandes (Coordenador)
Maria da Consolação Gomes de Castro (Pesquisadora)
Nayara Batista (Estagiária/Bolsista de Iniciação Cientifica)

Brasília, 2016

Copyright:

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), Viena, 2016

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotografia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação, sem autorização dos proprietários do copyright. Extratos da publicação podem ser reproduzidos, com a citação da fonte.

ICMPD
Gonzagagasse 1
A – 1010 Vienna
Áustria

www.icmpd.org

Esta publicação foi produzida com a ajuda da União Europeia. Seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não reflete, de forma alguma, as opiniões da União Europeia, do Ministério do Trabalho do Brasil ou do ICMPD (*International Centre for Migration Policy Development*) sobre o tema, bem como as conclusões nela contidas não são vinculativas para nenhuma das partes.

ISBN: 978-3-902880-99-4 (versão impressa)

ISBN: 978-3-903120-00-6 (versão eletrônica)

Apresentação

A presente **Coleta e Disseminação de Informações na Área de Migração Internacional no Brasil**, que está inserida no marco do Projeto "Migrações Transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios" (MT Brasil), é fruto da parceria entre o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho (MTb) e o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (*International Centre for Migration Policy Development* - ICMPD).

A dinâmica e os novos desafios colocados pelas migrações e mobilidade humana têm exigido esforços do Governo brasileiro na promoção da cooperação internacional e interinstitucional, no fortalecimento das capacidades dos órgãos nacionais, e na formulação de políticas e reformas legais alinhadas com tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a fim de melhor gerir e implementar ações fundadas nos princípios dos direitos humanos em diversas áreas relacionadas à migração.

O Conselho Nacional de Imigração é instância de articulação da Política Migratória Brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, por meio de diálogo permanente com a Sociedade Brasileira e, neste contexto, busca incessantemente unir esforços para a realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados ao tema das migrações e o intercâmbio de informações sobre a migração internacional, no âmbito da proteção e assistência aos migrantes.

Ao longo dos anos, a cooperação entre o Ministério do Trabalho e o ICMPD vem gerando resultados importantes para o desenvolvimento de políticas migratórias no Brasil, para o fortalecimento das relações institucionais e para gerar sólidas sinergias entre governança migratória e proteção de migrantes, sem qualquer distinção.

Neste sentido, a pesquisa apresenta, como um de seus objetivos específicos, a implementação conjunta de iniciativas que abordam a definição

de normas e orientações para o trabalho de reintegração sócio-laboral de brasileiros retornados, migrantes e vítimas do tráfico de pessoas, promovendo a relação entre a migração internacional e o desenvolvimento do país.

Boa leitura!

Paulo Sergio de Almeida
Presidente do Conselho Nacional de Imigração
Ministério do Trabalho

Lukas Gehrke
Diretor, Dimensão Sul,
International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

Sumário

INTRODUÇÃO 11

PARTE 1 19

1. Avaliação preliminar das bases de informação sobre migração internacional 19

1.1. Ministério do Trabalho - Conselho Nacional de Imigração - CNIg e Coordenação Geral de Imigração - CGIg. 19

1.2. Ministério das Relações Exteriores 20

1.3. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Cidadania 21

1.4. Bases de informação da sociedade civil 22

1.5. Proposta para a harmonização dos sistemas 24

Referências 32

Anexos 35

Anexo 1 - Órgãos encarregados da gestão migratória no Brasil 35

Anexo 2 - Sistema do Centro Pastoral de Mediação dos Migrantes. 36

Anexo 3 - Relatório workshop projeto MT Brasil 43

Relatos 44

1. Abertura 44

2. Painéis 45

2.1. Painel Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração do Governo Federal - os registros administrativos 45

2.2. Painel Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração: experiências de institutos de estatísticas (Brasil, Argentina e Espanha), desafios, limites e alternativas 47

2.3. Painel Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração: experiências da sociedade civil 49

2.4. Práticas Promissoras de Registro de Informação/Dados 51

PARTE 57

A. Estrangeiros no Brasil na década de 2000: análise comparativa dos dados do Censo Demográfico de 2010 e do Sistema Nacional de Registro de Estrangeiro 57

2.1. Introdução 57
2.2. Bases de dados 58
2.3. Análises comparativas entre dados do Censo Demográfico 2010 e SINCRE 60
2.4. Comentários 66
Referências 67
Anexos 71
Anexo A.1 - Total de estrangeiros, por período de entrada no Brasil, e por sexo, segundo grupos de idade em 2010 - Brasil 71
Anexo A.2 - Total de estrangeiros, por ano de chegada no Brasil, segundo Unidade da Federação (UF) de residência - Brasil - 2010 72
Anexo A.3 - Total de estrangeiros, segundo década de chegada no Brasil, de 1911 a 2010 - Brasil 73
Anexo A.4 - Total de Estrangeiros, por situação de domicílio, segundo ano de chegada no Brasil - Brasil - 2010 74
Anexo A.5 - Total de estrangeiros, por ano de chegada, segundo a condição de ocupação do domicílio - Brasil - 2010 75
Anexo A.6 - Total de estrangeiros, por ano de chegada no Brasil, segundo o número de moradores do domicílio - Brasil - 2010 76
Anexo A.7 - Total de estrangeiros, com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o ano de chegada no Brasil - Brasil - 2010 77
Anexo A.8 - Total de estrangeiros economicamente ativos, com 10 anos ou mais de idade, por condição de ocupação, segundo o ano de chegada no Brasil - Brasil - 2010 78
Anexo A.9 - Total de estrangeiros, com 10 anos ou mais de idade, por ano de chegada no Brasil, segundo faixa domiciliar per capta - Brasil – 2010 79

Anexo A.10 - Total de estrangeiros, por fonte de informação, e por sexo, segundo grupo de idade – Brasil..... 80
Anexo A.11 - Total de estrangeiros, por fonte de informação, segundo ano de chegada no Brasil, de 2000 a 2010 - Brasil..... 81
Anexo A.12 - Total de estrangeiros residentes no Brasil, por fonte de informação (Censo em 2010 e SINCRE em 2014), segundo a Unidade da Federação (UF) de residência - Brasil..... 82
Anexo A.13 - Total de estrangeiros residentes no Brasil, por fonte de informação (Censo em 2010 e SINCRE em 2014) , segundo os principais municípios de residência - Brasil..... 83
Anexo A.14 - Total de estrangeiros, registrados pela SINCRE, segundo o país de nascimento - Brasil - 2014..... 84
Anexo A.15 - Total de estrangeiros, registrados pelo Censo 2010, segundo o país de nascimento - Brasil - 2010..... 85
Anexo A.16 – Total de estrangeiros com residência no Brasil, por fonte de informação, e por sexo, segundo o estado civil..... 86

B - Os registros do Sistema de Tráfego Internacional - STI uma abordagem preliminar 87

1. Introdução 87
2. Descrição do processo de preparação da base disponibilizada 88
   Fase I - preparação e importação dos dados 90
   Fase II - Análise exploratória dos dados..... 91
   Resumos dos dados 92
3. A base STI e a entrada e saída de brasileiros: uma avaliação preliminar..... 92
4. Utilização da base STI para estudos da mobilidade internacional nas áreas de fronteira: notas preliminares 96
5. Utilizando as informações do STI para estimativa de saldo migratório..... 113
6. Comentários Finais..... 119

Referências 120

INTRODUÇÃO

Várias são as fontes de informação que podem ser utilizadas em estudos sobre a migração internacional. Segundo Hakkert (1996), além das pesquisas domiciliares, como os censos, registros administrativos contribuem para a avaliação da dinâmica populacional e permitem medir o fluxo do fenômeno em estudo. De forma diversa ao que acontece com o censo demográfico, que é uma "fotografia" em um momento específico, da população e dos componentes da sua dinâmica, os registros administrativos captam os eventos no momento da ocorrência do fato, como por exemplo, os registros de óbitos e nascimentos e permitem acompanhar a sua evolução.

Vários são os registros administrativos que podem ser utilizados para acompanhar a dinâmica de uma população (FERREIRA,1993). Informações sobre licenciamento predial, matrículas escolares e de outras fontes tem ampla aplicação nas estimativas populacionais (GONZÁLES, 2001, JARDIM,1992, FREIRE e SAWYER,1996). No entanto, essa utilização é, pelas características das fontes, limitada. Registros administrativos, na maioria dos casos, se prestam a funções específicas ligadas às atividades dos órgãos que os coletam, atividades essas que nem sempre têm por objetivo a realização de estudos (JANNUZZI, 2001).

Quando se trata de analisar a migração internacional o uso de registros administrativos requer vários cuidados. Se alguns eventos demográficos têm definição bem precisa, como a mortalidade, no caso da migração internacional, apesar da existência de uma definição sobre o imigrante internacional proposta pelas Nações Unidas[1] (ONU, 1998), a diversidade de conceitos ainda trás dificuldades para as estimativas de estoques e fluxos (POULAIN e HERM, 2010). No entanto os países, de uma forma geral, tendem produzir estatísticas

[1] "A person who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least a year (12 months), so that the country of destination effectively becomes his or her new country of usual residence. From the perspective of the country of departure the person will be an emigrant and from that of the country of arrival the person will be an immigrant".

sobre a migração internacional dentro de perspectivas operacionais que atendem a aplicação das leis vigentes que limitam a informação e o universo das pessoas representadas (ICMPD, 2005).

Diversas têm sido as iniciativas que buscam harmonizar as informações sobre a migração internacional, mas o interesse de cada país está diretamente relacionado ás suas necessidades ditadas pela visão de país de acolhida ou de origem dos imigrantes (ONU, 2009). A proposta apresentada no relatório final da Global Commission on International Migration – GCIM, aponta para a criação do Grupo Mundial Interagências de Migração Internacional que teria, dentre outras atividades a competência para recolher e fazer o intercâmbio de dados sobre a migração internacional de forma a contribuir para reforçar a governança das migrações (GCIM-2005).

Dentre as diversas iniciativas para a harmonização merece destaque os esforços da União Europeia. Tendo em conta a sua situação especial como região de grande atração de imigrantes e de constantes deslocamentos intrarregionais (ICMPD, 2010), diversas ações buscaram não só contribuir para a avaliação e utilização de instrumentos de coleta já implementados como os registros de residentes (POULAIN, 2005), como também propor novas metodologias e desenvolver processos de capacitação para o melhor entendimento da importância na coleta e disseminação de informações sobre a migração internacional. (ICMPD, 2010, ICMPD-2013).

No caso da América Latina, apesar do tema ser de grande relevância, se observa, em relação aos registros administrativos, resistências de governos em criar sistemas nacionais de informação migratória. No entanto há um esforço de organismos internacionais em sensibilizar os governos dos países da região para a importância da coleta e disseminação de informações sobre a migração internacional (CELADE, 2011).

No caso do Brasil, em se tratando da migração internacional, a preocupação com o registro e o atendimento aos imigrantes que chegavam ao país remonta ao 2º Império quando, em 1866, por decreto do Imperador Dom Pedro IIº é criada a Sociedade Internacional para a Migração, que tinha por objetivo:

> *"Facilitar aos imigrantes o seu estabelecimento no Brasil, protegendo-os e removendo as dificuldades com as quais*

> *se defrontarem; indagar sobre suas necessidades; discutir as causas que contrariam a imigração para o Brasil e empenhar-se na remoção desses obstáculos; discutir, por meio dos jornais, sobre os interesses da imigração; realizar reuniões populares; constituir Comissões Especiais para estudos e remoção dos obstáculos à imigração e abusos" (FREITAS, 2007, p.61).*

A Sociedade tinha por característica ser uma entidade autônoma e gerida por membros escolhidos pela assembleia dos sócios, sendo parte deles imigrantes. Várias foram as instituições criadas para tratar da questão migratória no País (vide anexo 1) até se chegar a situação atual, regulada pela Lei nº 8.615, de 19 de agosto de 1980, na qual vários órgãos apresentam competências específicas para tratar a gestão da migração internacional no Brasil.

Na atualidade, os principais órgãos que coletam informações sobre a entrada de estrangeiros no Brasil são:

- a Polícia Federal e o Departamento de Estrangeiros, ligados ao Ministério da Justiça e Cidadania que, no seu conjunto, captam diversas informações, dentre elas, dados quando da entrada do estrangeiro no país, registros das solicitações de refúgio e asilo, registros de processos de saída voluntária ou não do país, e de fornecimento do documento de identificação ao estrangeiro;
- o Ministério das Relações Exteriores faz os procedimentos para a concessão de vistos aos estrangeiros nas repartições consulares; e
- o Ministério do Trabalho, processa as autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros e, eventualmente, autoriza a permanência de estrangeiros no Brasil.

A principal característica destas fontes é que elas captam informações sobre a migração regular e não dos estrangeiros indocumentados ou em situação irregular, salvo no caso das notificações de saída compulsória emitidas pela Polícia Federal. Mesmo que, grosso modo, os registros de entradas e saídas

permitam, teoricamente, identificar aqueles estrangeiros que permaneceram no território nacional por um tempo maior do que o indicado em seu visto, na prática a mensuração desse movimento não traria um resultado confiável, pois nem sempre os sistemas conseguem captar todas as entradas e saídas.

Por outro lado, é importante salientar que nos diversos fóruns que discutem a questão migratória, na área de governo, na academia ou sociedade civil, há grande preocupação sobre a produção e disseminação de informações sobre migração internacional no Brasil.

Em recentes eventos promovidos por órgãos públicos e pela sociedade civil, a questão das fontes de informação mereceu especial destaque.

Na Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio – Comigrar, promovida pelo Ministério da Justiça e Cidadania, o texto base para a Conferência indicava a preocupação com a informação dentre os pontos a serem tratados (MJ, 2014, p.13):

> *Por fim, definir quais dados, que informações e como estes devem ser geridos a fim de alcançar objetivos de políticas públicas, é um dos desafios do Estado contemporâneo, de interesse de toda sociedade, equalizando demandas de transparência, utilidade das informações para políticas públicas mais efetivas e proteção das liberdades pessoais.*

No caderno de proposta preparado para a Conferência o tema ganha mais destaque sendo objeto do item 6 do documento que trata da "Produção, Gestão e Acesso à Informação". Nesse caso deu-se mais ênfase a disseminação de informações sobre a legislação e dados administrativos que pudessem ser úteis ao imigrante. Mesmo assim, no item 6.2 do caderno é colocada a proposta de se desenvolver um cadastro nacional de migrantes, incorporando dados sobre os imigrantes no Brasil, brasileiros no exterior e brasileiros retornados. Este cadastro seria construído incorporando informações do Ministério do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal. Também é sugerido agregar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras fontes. A gestão desta base seria de responsabilidade de um órgão

público que buscaria a integração e harmonização dos dados e estatísticas (MJ, 2014, p. 14).

Outro evento tratando da migração internacional, 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, inclui em seu relatório final item relativo à "participação social cidadã, transparência e dados". Mesmo não estando explicitamente indicada no texto a criação de uma base de dados sobre a migração, os participantes do evento apontaram para a importância do acesso à informação e colocaram a necessidade da incorporação do mapeamento da migração internacional nos levantamentos realizados por órgãos públicos, como o IBGE (PMSP, 2013).

No âmbito da sociedade civil, vale registrar os colóquios realizados pela Organização Internacional para a Migração (OIM). Os eventos aconteceram nas cidades de Manaus, São Paulo e Foz do Iguaçu e tiveram por objetivo discutir, com representantes da sociedade civil – brasileiros, imigrantes e representantes da academia - e órgãos de governo, diversos aspectos ligados à migração internacional. O relatório dos eventos indicou a preocupação com aspectos ligados a produção e disseminação de informações. Algumas das reivindicações apresentadas poderiam ser sintetizadas, nos tópicos a seguir (OIM, 2013).

- Centralizar informações sobre as instituições que atendem migrantes: foi sugerido a criação de um Portal Público do Migrante, o qual deverá concentrar informações básicas sobre os direitos dos migrantes e serviços disponíveis na cidade.
- Em nível local, centralizar as informações nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) ou nas Coordenadorias de Migração, essas a serem criadas.
- Criar um banco de dados sobre os atendidos e disponibilizar essas informações para instituições de pesquisa e afins; a contratação, nessas instituições, de imigrantes e refugiados para os seus quadros de funcionários.
- Uniformizar informações prestadas e de procedimentos nos serviços burocráticos.

- Necessidade de criação de uma agência nacional das migrações; falta de informação e de cooperação interinstitucional.

De uma forma geral observa-se que as proposições nas diversas instâncias são difusas e não caminham em uma mesma direção. A maior preocupação dos atores envolvidos nos processos consultivos descritos está ligada aos aspectos de disseminação dos dados para informar os imigrantes sobre os seus direitos e facilitar o contato destes com a burocracia governamental. É possível que a compilação dos resultados finais da Comigrar possa lançar um pouco mais de luz nessa discussão, indicando caminhos para a harmonização das informações.

A proposta de harmonização das bases não atende somente à necessidade dos diversos atores envolvidos com o tema, mas permitiria acompanhar a própria ação governamental, pois, no momento, não seria possível conhecer, por exemplo, quantos trabalhadores que receberam autorização do Ministério do Trabalho para exercer uma atividade profissional no País, efetivamente se incorporaram no mercado de trabalho brasileiro.

As informações aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de discussão sobre fontes de registros administrativos para o estudo da migração internacional. Por exemplo, não foram avaliadas as informações do cadastro do Sistema Único de Saúde-SUS que permitem captar os imigrantes que buscam o sistema para tratamento de saúde e, mesmo em situação irregular, são registrados e atendidos. Outra lacuna no texto é a não incorporação das informações relativas ao Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça e Cidadania. No momento da elaboração do documento a base de dados desse Departamento estava em construção e não foi possível ter o acesso ás informações. No entanto, por se tratar de levantamento inicial, no futuro, o estudo poderá ser enriquecido incorporando dessas e de outras fontes.

O texto a seguir está dividido em duas partes. Na primeira é apresenta uma avaliação preliminar sobre as bases de informação acerca da migração internacional, disponíveis nos órgãos públicos que tratam da temática. O que é apresentado é resultado de entrevistas realizadas com os responsáveis

desses órgãos, no período de 28 a 29 de agosto de 2014[2], na primeira fase de levantamento de dados do projeto e as discussões que aconteceram no evento de apresentação dos levantamentos preliminares. Foi também incluído nesse relatório, o resultado de contato com organizações da sociedade civil e governamentais que atendem a imigrantes.

A segunda parte do texto apresenta dois estudos. O primeiro faz um comparativo dos dados relativos ao registro de estrangeiros da Polícia Federal com os resultados do Censo Demográfico de 2010. Os resultados desse trabalho indicam que, apesar das características diversas das duas fontes analisadas, há similitudes que mostrando a possibilidade de se avançar na exploração conjunta de informações oriundas de inquéritos domiciliares e registros administrativos. O segundo texto apresenta uma análise exploratória das informações do Sistema de Tráfego Internacional – STI, indicando algumas das possibilidades de uso dos dados dessa fonte.

[2] Doutor José Luiz Povill de Souza, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça e Cidadania; Embaixador Rodrigo do Amaral Souza e Ministro Bernardo Paranhos Velloso, Divisão de Imigração – Ministério das Relações Exteriores; Doutor Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenação Geral de Imigração – Ministério do Trabalho.

PARTE 1

1. Avaliação preliminar das bases de informação sobre migração internacional

1.1. Ministério do Trabalho – Conselho Nacional de Imigração - CNIg e Coordenação Geral de Imigração - CGIg

A Coordenação Geral de Imigração é uma unidade administrativa da estrutura do Ministério do Trabalho, está ligada ao Gabinete do Ministro e tem por competência a decisão sobre as solicitações de autorização de trabalho de estrangeiro. A Coordenação tem sob sua responsabilidade, dentre outras ações, a coordenação, planejamento, orientação e supervisão de atividades relacionadas às autorizações de trabalho concedidas aos estrangeiros. Assim, quando da solicitação de autorização de trabalho por parte de um estrangeiro, a avaliação da sua pertinência é realizada pela Coordenação e, estando em conformidade com a legislação vigente, recebe aprovação do órgão.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um dos órgãos colegiados integrantes da estrutura básica do Ministério do Trabalho, com composição tripartite de representantes de trabalhadores, empregadores e governo. O CNIg foi criado pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamentou a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Posteriormente, a constituição do Conselho foi alterada pelos decretos nª 840, de 22 de junho de 1993 e nº 3.574, de 23 de agosto de 2000. Dentre as competências do CNIg estão a de "dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito aos imigrantes" (inciso V, artigo 1º, Decreto nº 840). Portanto, havendo alguma pendência ou mesmo necessidade de avaliação da demanda de autorização de trabalho de estrangeiros, o processo é encaminhado pela Coordenação ao CNIg, para avaliação e parecer (CANTO, 2014).

Ao apresentar a solicitação de autorização de trabalho no Brasil, o estrangeiro, ou seu preposto, preenche formulário próprio definido por

Resolução Normativa (RN) aprovada pelo CNIg. A partir de março de 2014, todo o procedimento de solicitação de autorização de trabalho é realizado por meio digital (Sistema de Gestão e Controle de Imigração - http://migranteweb.mte.gov.br/migranteweb/login.seam) conforme definição que consta da RN nº 104 de 2013. Em termos da disponibilização das informações, apesar da Coordenação e o Conselho apresentarem seus dados separadamente, não há diferenças entre as duas bases, pois a coleta de informações é realizada por meio de um único instrumento, mas que seguem encaminhamentos diversos conforme a natureza da demanda apresentada.

O acesso à informação é ainda restrito a áreas da CGIg e do CNIg. Mesmo internamente, os dados não estão disponíveis para o uso pelos técnicos, devendo tabulações, cruzamentos e qualquer outra informação serem solicitadas a um setor específico do Ministério do Trabalho que faz a gestão da informação.

Ao final de cada trimestre é apresentado aos conselheiros do CNIg, relatório padrão com as informações dos últimos anos e do trimestre do ano em curso. Na página do CNIg, no portal do Ministério do Trabalho, parte destas tabelas estão disponibilizadas.

É importante enfatizar o trabalho que vem sendo realizado pela Coordenação e pelo Conselho em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) da Universidade de Brasília, que busca disponibilizar para acesso livre, as informações da CGIg, do CNIg e outras fontes disponíveis no Ministério[3], que possam contribuir na análise dos aspectos laborais da migração internacional no Brasil.

1.2. Ministério das Relações Exteriores

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores, via sua rede consular, conceder vistos aos cidadãos estrangeiros que desejam vir ao Brasil. Estes vistos podem ser temporários ou permanentes e cobrem inúmeras situações. Além do contato com os estrangeiros, os consulados atendem aos brasileiros residentes no exterior.

---

[3] Relatório Parcial – A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro (http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=FF80808148EC2E5E01499FF58F237AC3)

No caso dos estrangeiros demandantes de visto, o trabalho do consulado é de captar as informações necessárias via formulário eletrônico disponibilizado pelo Serpro, no Sistema de Emissão de Documentos de Viagem (SCEDV) (https://scedv.serpro.gov.br).

Em relação aos brasileiros, as informações são coletadas no momento da demanda de algum serviço junto ao consulado (Sistema Consular – Atos Consulares) ou quando o emigrante faz a sua matricula consular. No entanto, poucos são os brasileiros que fazem a matrícula consular ou mesmo demandam serviços junto ao consulado, o que inviabiliza o uso dessa base de dados para qualquer propósito de política de apoio aos emigrantes brasileiros.

Internamente no Ministério, utilizando o SCEDV é possível obter dados sobre a situação dos demandantes de visto. No entanto, o acesso é limitado, pois a engenharia do sistema não permite o cruzamento de informações ou levantamentos mais específicos, salvo em casos nos quais as demandas são específicas e definidas por meio de determinado amparo legal, como no caso dos haitianos que tem uma Resolução Normativa definindo a expedição de um visto especial. Registra-se também, que não há possibilidade de acesso público à esta base de dados.

1.3. Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Cidadania

No Departamento da Polícia Federal há vários sistemas que coletam informações sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, alguns remontam aos anos de 1970. Esses sistemas estavam em plataformas de concepções diversas, variando de bases com fácil acesso dos usuários até sistema em linguagem que necessita de programação especial para a geração de relatórios. Além disso, por questões técnicas, os sistemas não estavam interligados, impedindo a formação de uma base única que permitisse o acompanhamento da situação dos estrangeiros no País.

Em período mais recente, a Polícia Federal passou a contar com uma plataforma construída por meio da tecnologia de "Business Intelligence" que permite a integração de todas as bases, sendo que algumas ainda estão em processo de migração para a nova base.

Para o propósito deste texto, foi considerada somente uma das fontes de informação, o Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCRE) e a sua interface de captação de informação para o agendamento nas superintendências da Polícia Federal (o Sistema Nacional de Registro de Estrangeiros, disponível na página da Polícia Federal - https://servicos.dpf.gov.br/sicreWeb). O sistema, de uso exclusivamente interno, permite um acesso fácil às informações e a elaboração de relatórios sem a necessidade de uma demanda a órgãos específicos da Polícia Federal. Assim, o funcionário pode acessar informações e gerar relatórios com dados específicos, conforme a necessidade do momento. Esses relatórios podem conter somente as informações coletadas diretamente pela Polícia Federal, mas também de outros órgãos de governo interligados ao sistema.

Em relação às bases dos outros ministérios analisados, a da Polícia Federal é a que está mais avançada em termos de acesso interno às informações. No entanto, não há disseminação de dados para o público externo, o que acontece somente via a produção de relatórios de atividades em momentos específicos.

1.4. Bases de informação da sociedade civil

As organizações da sociedade civil que tratam do atendimento aos imigrantes, desenvolvem sistema para registros de suas atividades que variam conforme o tipo de serviço prestado e a situação enfrentada pelos imigrantes. A diversidade de situações impacta sobre o tipo de informação coletada, o seu registro e disponibilidade de acesso aos dados.

Por exemplo, aquelas entidades que cuidam de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, tendem a se ocupar mais do atendimento ao imigrante, do que levantar dados sobre suas características ou história de vida daquele que está sob seus cuidados. No outro extremo, podem ser encontradas entidades que buscam fazer um completo levantamento da situação do imigrante, de forma a direcionar o atendimento a ser dispensado e o seu acompanhamento.

Ao mesmo tempo, há de se considerar a situação em que vivem estas entidades, nas quais, em alguns momentos, a sobrecarga de trabalho não

permite um registro imediato dos fatos ou situações vivenciadas, dada a premência dos atendimentos, que, na maioria dos casos, canalizam todos os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Frente a esta situação, o que se tem são bases de dados com periodicidades distintas, tipos diversos de informações coletadas e, sobretudo, qualidade dos dados nem sempre homogênea. Tal situação impede a utilização destas fontes como um referencial que poderia se juntar ao quadro de dados oficiais e permitir uma visão mais ampla do processo migratório no País.

Mesmo com estas disparidades, vale notar algumas experiências, em menor escala do que um registro nacional, que permitem uma visão de abrangência limitada, mas que pode contribuir para o entendimento de alguns aspectos da migração internacional sob a ótica local ou mesmo regional.

Um exemplo desse tipo de registro é o sistema de coleta de informações da Casa do Imigrante e do Centro Pastoral de Mediação dos Migrantes (CPMM), da Missão Paz da Congregação dos Padres Scalabrinianos, na cidade de São Paulo. A instituição funciona como um abrigo que tem capacidade para atender 110 migrantes por dia, além de atuar ofertando cursos de português para estrangeiros e palestras sobre temas ligados a adaptação do estrangeiro no Brasil. Ao mesmo tempo, a CPMM funciona como um centro de intermediação laboral buscando colocação para imigrantes no mercado de trabalho. Além destas atividades, o Centro oferece atendimento jurídico, psicológico e de assistência social aos imigrantes. O número de atendimentos do CPMM é de, aproximadamente, 400 pessoas por mês, podendo chegar, como no caso dos imigrantes haitianos, no mês de agosto de 2014, a 200 atendimentos em um só dia. No primeiro semestre de 2014, a instituição atendeu a imigrantes de 45 nacionalidades diferentes, sendo os grupos mais representativos os dos haitianos (66,2%), dos peruanos (8,5%) e dos bolivianos (5,4%).

Todas as atividades são registradas em um sistema que, em breve, será conectado em rede mundial com todas as casas de migrantes administradas pela Congregação no mundo. A sistemática de coleta das informações, acompanha o trajeto do atendimento, com um registro inicial no momento do primeiro contato, seguido dos registros dos diversos encaminhamentos e atendimentos, incorporando à base, diversas informações que dizem respeito não só ao imigrante e o seu status migratório, mas também a membros de sua família.

No anexo 2 é apresentada a página para a captura dos dados. Em outras entidades, com Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), da cidade de Caxias do Sul, também está disponível um sistema de coleta de informações sobre os imigrantes atendidos, tanto no que tange à migração interna como internacional. No caso dessa entidade, o levantamento das informações acontece no primeiro contato com o imigrante e são coletados dados, por meio de uma ficha, sobre a situação migratória passada e definido o padrão de vulnerabilidade em que ele se encontra. O sistema de gerenciamento das informações recolhidas está em processo de construção. Em 2014, a entidade possuía um acervo de mais de 2.000 fichas que estavam em processo de digitalização.

Além das entidades da sociedade civil é importante considerar os órgãos de governo que fazem atendimento aos imigrantes, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que são entidades municipais que auxiliam a população em situação de risco. Salvo em situações muito específicas, os centros não fazem uma busca ativa para o atendimento da população vulnerável, assim, os registros relativos aos imigrantes internacionais não são em grande volume. No entanto, por ser um órgão da administração municipal ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, decorrente da Política Nacional de Assistência Social, a sua ação pode ser muito importante em termos de políticas públicas voltadas para os imigrantes e mesmo na coleta de informações.

1.5 Proposta para a harmonização dos sistemas

Como indicado nos itens anteriores, os sistemas dos três órgãos analisados estão em estágios operacionais diversos. Enquanto os dados do SINCRE estão em uma base que permite mais fácil consulta e maior liberdade de manipulação das informações, no Ministério do Trabalho, os dados não estão disponíveis para acesso imediato e precisam passar por um processo de organização para fornecer relatórios, o que impede a consulta imediata. No Ministério das Relações Exteriores, a base de informação está em um sistema que permite consultas, mas de forma limitada, pois não possibilita ao usuário captar dados em um formato não padronizado.

Os três sistemas têm em comum a forma de captação da informação, realizada por meio de formulários eletrônicos com níveis de exigências distintos, que atendem às necessidades internas de cada órgão. Tal situação, coloca especial desafio quando se propõe gerar a harmonização das bases. A tabela a seguir apresenta as informações que são coletadas pelos formulários eletrônicos, nas páginas do Ministério do Trabalho e do Ministério das Relações Exteriores. No Caso da Polícia Federal, foram consideradas as informações levantadas no momento do registro do estrangeiro.

Quadro 1 - Informações sobre os imigrantes captadas nos sistemas da Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho – Brasil, 2014

REGISTROS DADOS DO IMIGRANTE	PF	MRE	MTb/ CGIg/ CNIg
Sexo	X	X	X*
Estado civil	X	X	X*
Data de nascimento	X	X	X*
Local de nascimento (País, Estado, Cidade)	X	X	
Nacionalidade	X	X	X*
Nome do pai	X	X	X
Nome da mãe	X	X	X
Nome completo atual	X	X	X*
Nomes Anteriores	X	X	
Motivo da mudança do nome		X	
Objetivo da Viagem		X	
Unidade Polícia Federal	X		
Tipo de documento	X	X	X*
Número do documento	X	X	X*
Data de expedição do documento		X	
Validade do documento/passaporte		X	X*
Local de expedição	X	X	
Local de entrada	X		
Data de entrada	X		
Meio de transporte	X		

Segue

Quadro 1 - Informações sobre os imigrantes captadas nos sistemas da Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho – Brasil, 2014. Cont.			
REGISTROS DADOS DO IMIGRANTE	PF	MRE	MTb/ CGIg/ CNIg
Número do visto	X		
Data de concessão	X		
País de concessão /passaporte	X		X*
Tipo de autorização de Trabalho			X*
Prazo da Autorização			X*
Lei/Decreto/Resolução			X*
Consulado			X*
CPF do representante Legal			X*
E-mail do representante Legal			X
Escolaridade			X*
Data de inclusão de dados de impressão digital no AFIS	X		
Status do registro	X		
Classificação do registro	X		
Número da cédula de identidade de estrangeiro	X		
Data de emissão da CIE	X		
Data de validade da CIE	X		
Órgão de inclusão do registro	X		
Número da via da CIE	X		
Amparo Legal do registro	X		
Prazo de entrada	X		
Microfilmes arquivados	X		
Prazo anterior do registro	X		
Quantidade de prorrogações	X		
CPF	X		
Endereço comercial	X		
Data de saída do país	X		
Motivo de saída	X		
Data de óbito do estrangeiro	X		

Segue

Quadro 1 - Informações sobre os imigrantes captadas nos sistemas da Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho – Brasil, 2014. Cont.			
REGISTROS DADOS DO IMIGRANTE	PF	MRE	MTb/ CGIg/ CNIg
Profissão /ocupação	X	X	X*
Local de trabalho	X	X	X*
Endereço	X	X	
Distrito/Bairro	X	X	
CEP	X		
Cidade	X	X	
UF			X*
Data de entrada na Empresa			X
Registro CTPS			X
Número da Carteira Maritima			X
Data de Validade da Carteira Marítima			X
Remuneração			
Ultimo salário no exterior (R$)			X
Atual remuneração (R$)			X
Salário Indireto (R$)			X
Remuneração Inicial no Brasil (R$)			X
Benefícios Indiretos (R$)			X
Salário Total (R$)			X
Código CBO			X*
Palavra chave			X
Descrição			X
Endereço residencial	X	X	
Bairro	X	X	
Cidade	X	X	
CEP	X	X	
Telefone	X	X	
E-mail	X	X	
Endereço permanente		X	
Contato no Brasil		X	

Segue

Quadro 1 - Informações sobre os imigrantes captadas nos sistemas da Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho – Brasil, 2014. Cont.			
REGISTROS DADOS DO IMIGRANTE	PF	MRE	MTb/ CGIg/ CNIg
Endereço do contato no Brasil		X	
Cidade		X	
Estado		X	
Código postal		X	
Telefone		X	
Data provável de chagada ao Brasil		X	
Período de estada no Brasil		X	
RNE	X		
DADOS DO RESPONSÁVEL/REQUERENTE			
RNE	X		
Número do fax			X
Tipo de identificador (CNPJ/CPF)			X*
Nome			X*
Numero do Telefone			X*
E-mail			X
CEP			X
Logradouro			X
Número			X*
Bairro			X*
Complemento			X
DADOS DO INVESTIDOR			
Tipo de Investimento			X
Tipo de Pessoa (física e jurídica)			X*
Nome do Requerente			X
RDE (Registro Declaratório Eletrônico)			X*
Nome do Imigrante			X
Nome do Investidor			X
Valor do Investimento			X*
Valor do Investimento usado			X*

Segue

Quadro 1 - Informações sobre os imigrantes captadas nos sistemas da Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho – Brasil, 2014. Cont.			
REGISTROS	**PF**	**MRE**	**MTb/ CGIg/ CNIg**
DADOS DA EMPRESA			
Nº de Brasileiros			X
Nº de Estrangeiros			X
Data de Constituição			X
Valor do Capital Social (R$)			X
Folha Brasil (R$)			X
Folha Estrangeiros (R$)			X
Data de alteração			X
Código do CINAE (Circulo Nacional de Apoio Empresarial)			X*
Palavra Chave			X
Descrição			X
Administradores			X
Administrador			
Tipo de identificador (CNPJ/CPF)			X
Nome do Administrador			X
Cargo do Administrador			X*

Fonte: SINCRE- MJ/PF; SCEDV/MRE; MIGRANTEWEB/MTb, 2014

O primeiro ponto a ser destacado é que nem todas as informações solicitadas nos formulários eletrônicos são de preenchimento obrigatório, o que pode causar níveis distintos de qualidade e cobertura de alguns dados.

Há certo número de informações que são comuns aos três sistemas (11 em 107). Este conjunto pode ser ampliado dependo da situação do solicitante, como no caso do Ministério do Trabalho, quando o requerente da autorização de trabalho for o próprio imigrante.

Um ponto importante a ser considerado é se a proposta de harmonização das bases deverá passar pela sugestão da criação de uma chave

de emparelhamento dos dados. Nesse caso, pode ser usada a informação do número do passaporte que aparece em todas as três bases. Assim, seria possível a construção de uma base única, na qual todas as informações de cada imigrante, presente nas três bases, poderiam estar disponíveis.

No entanto, a construção de tal sistema implicaria em vários estágios de trabalho que envolveria não só os órgãos em questão, mas também, outras instâncias de governo considerando o que se propõe com este processo. A seguir são apresentadas algumas reflexões que poderão nortear futuras discussões:

1) Considerando as discussões que ocorreram no workshop realizado em novembro/2014, cujo objetivo foi estabelecer o diálogo entre as diversas instâncias envolvidas na gestão do fluxo migratório internacional no Brasil, no tocante à produção e disseminação de informação, (relatório final no anexo 6), a primeira preocupação quando da proposição de harmonização das bases, seria avaliar se as informações coletadas seguem um mesmo conceito nos três sistemas. Por exemplo, a ocupação/profissão informada na base da Polícia Federal segue um mesmo parâmetro definido pela CBO que é utilizado pelo Ministério do Trabalho? Em resumo, haveria necessidade de uma avaliação dos conceitos utilizados em cada base de informação.
2) Questiona-se qual deveria ser o parâmetro inicial para o processo de harmonização já que cada base atende a situações distintas. Por exemplo, a base do Ministério do Trabalho trata das demandas de autorização de trabalho; a do Ministério das Relações Exteriores incorpora no conjunto de suas informações, as relativas a vistos concedidos por diversas razões, que incluem situações não registradas pelo Ministério do Trabalho. Finalmente, a base da Polícia Federal abarca um conjunto muito mais amplo de informações, sendo que algumas não estão em nenhuma das duas bases citadas anteriormente. Por exemplo, os imigrantes que chegam ao Brasil utilizando o acordo de livre residência do MERCOSUL que não necessitam de autorização de trabalho para exercer uma atividade no País.

3) Outro ponto a ser discutido envolve a "hospedagem" da base de informações. Dois podem ser os caminhos trilhados: o primeiro passaria pela escolha de uma instituição que pudesse administrar as informações em uma base única. Certamente a indicação mais lógica seria contar com o apoio do IBGE, que tem larga experiência no levantamento de dados estatísticos e na de bases de informações. A segunda via para os encaminhamentos do processo de harmonização, poderia ser a proposição da definição de um conjunto de variáveis em cada instituição (comuns às três bases e específicas de cada instituição), que seria disponibilizada internamente, sem a necessidade da intervenção de outro órgão. Possivelmente tal caminho poderia gerar algumas dificuldades, uma vez que os órgãos estão em estágios diversos de possibilidade de manipulação de suas bases.
4) Em ambos os processos caberia a discussão de como as bases seriam disponibilizadas para o grande público, como por exemplo em formato de metadados ou microdados. Vale também lembrar que antes de avançar no processo, haveria necessidade de criteriosa avaliação da qualidade da informação e análise das lacunas porventura existentes.
5) Por fim, há de se considerar outras iniciativas que poderão ser úteis como exemplos de cooperação entre órgãos governamentais para nortear os arranjos institucionais na gestão da base de informações como a experiência do Comitê de Estatística Sociais (CES) do IBGE e a da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA) do Ministério da Saúde.
6) O acesso aos dados pelo público é ponto nevrálgico do processo de harmonização das informações. No entanto, há divergências sobre o tipo de dado a ser disponibilizado e alguns impedimentos legais para o acesso a certas informações. Seria interessante avaliar quais dificuldades poderiam aparecer no avançar do processo.
7) Por último, mas não menos importante, vem a discussão sobre o futuro do processo de harmonização. A pergunta que se coloca

é se tal situação deveria evoluir para um sistema mais amplo incorporando outras bases de informação, como a Previdência, Saúde e Educação, ou mesmo avançar para um sistema mais interativo onde os imigrantes, também, poderiam ter voz por meio da apresentação de suas reivindicações. Outro aspecto a ser levado em conta trata da participação da sociedade civil no processo e no monitoramento da base de dados, para garantir resguardar os direitos dos cidadãos e o uso democrático da informação.

Referências

CANTO, Marjolaine. Migração laboral no Brasil: desafios para construção de políticas. Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra. Brasília. 2014. Mimeo.

CELADE. Taller sobre el fortalecimento de las capacidades nacionales para la gestión de la migración internacional: nuevas tendencias, nuevos asuntos, nuevos enfoques de cara al futuro. Serie Seminários y Confereências. Nº 62. Santiago do Chile. 2011.

FREIRE, Flávio H. e SAWYER, Diana. Avaliação dos dados da Fundação Nacional de Saúde para estimativas populacionais de pequenas áreas, no norte do Mato Grosso. X Encontro da ABEP. Caxambú. pp. 5 -30. 1996.

FREITAS, Nilton B.B. Características da migração internacional no Brasil e os novos desafios do Conselho Nacional de Imigração. Monografia apresentada no VIII Curso de Especialização em Relações Internacionais. UNB. Brasília – 2007. Mimeo.

FERREIRA, C. E. Utilisation de sources non-traditionelles a des fins d'estimation démographique. In: IUSSP. *International Population Conference.* Montreal, August 24 - September 1. Liège: IUSSP, v. 3, p. 205-210, 1993.

GCIM- As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação- Relatório Final da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Caluste Gulbenkian. Lisboa. 2005.

GONZÁLES, Leandro. Adjusting small populations projections by symptomatic variables, Colon department (Argentina). 2007-16. XXIV IUSSP – International population conference. Salvador. 2001.

HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. ABEP, Belo Horizonte, 1996.

ICMPD. Data needs from policy perspective: the case of the European Union. EROSTAT Seminar on Migration Statistics . Work paper nº 2. Genebra. 2005

ICMPD Traning manual. EU standards for statatistics on migration, asylum and visa. Viena. 2010.

ICMPD Yaerbook on illegal migration, human smuggling and trafficking in central and eastern Europe. Viena 2013.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sociais no Brasil. Editora Alínea. Campinas, 2001.

JARDIN, Maria de Lourdes. Utilização de variáveis sintomáticas para estimar a distribuição espacial de populações, aplicação aos municípios do Rio Grande do Sul. VIII Encontro da ABEP. Caxambú. pp. 39-50. 1992.

MJ – Ministério da Justiça e Cidadania. Caderno de propostas – Comigrar. Brasília. 2014. (disponível http://www.participa.br/comigrar/migracoteca/imagens/2014-05-22-comigrar-caderno-de-proposta-envio.pdf#.VIBvd5BTuUk, acesso 20/11/2014).

OIM - Organização Internacional para as Migrações. Relatório final do colóquio sobre direitos humanos na política migratória brasileira. Brasília. 2013. Mimeo.

ONU. Recommendations on statistics of international migration. Revision1 ST/ESA/STAT/SER.N/581.REV1. New York. 1998

ONU. Compendium of social statistics and indicators. International Migration Statistics in ESCWA Region New York. 2009.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. Documento final da 1º conferência municipal de políticas para imigrantes de São Paulo. São Paulo, 2013. Mimeo.

POULAIN, Michel e HERM, Anne. Population stocks relevant to international migration. EROSTAT Seminar on Migration Statistics . Work paper nº 11. Genebra. 2005.
http://ec.europa.eu/migrant-integration/index.cfm?action=furl.go&go=/librarydoc/prominstat-working-paper-no-11---population-stocks-relevant-to-international-migration

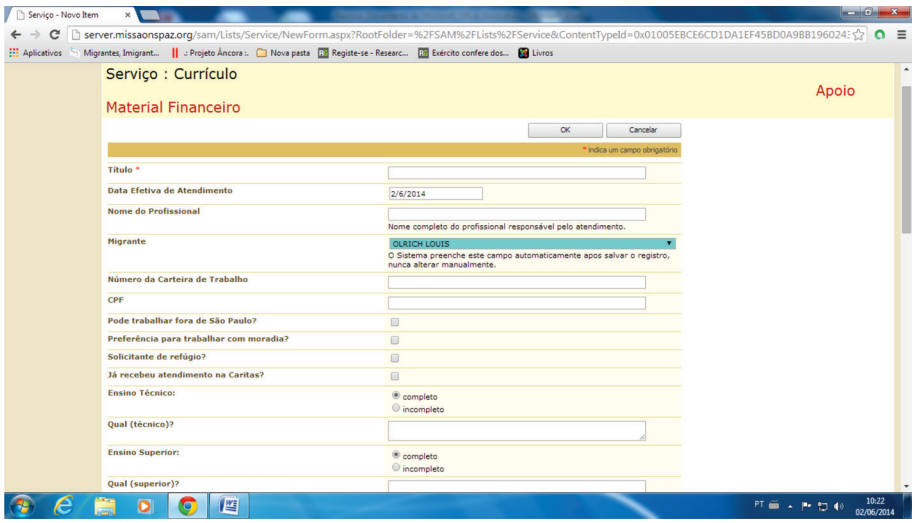
POULAIN, Michel. The registration of population with usual residence: the results from the THESIM EU research project. Work paper nº 6 UCL. Louvain-la-Neuve. 2005
http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/2005/03/migration/wp.6.e.pdf

ANEXOS

Anexo 1 – Órgãos encarregados da gestão migratória no Brasil

ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA GESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL 1866-2014				
Órgão	**Lei/Decreto**	**Composição**	**Vinculação**	**Atribuição**
Sociedade Internacional de Imigração	Decreto do Imperador (Decreto N. 3628 - de 16 de março de 1866)	7 membros sendo 3 nacionais nomeados pela Assembleia Geral dos Sócios	Autônoma	Autoriza a incorporação da sociedade Internacional de Imigração, e aprova os respectivos estatutos
Inspetoria Geral das Terras	Decreto do Imperador (Decreto N. 3628 - de 16 de março de 1866)	O Inspector Geral; O Ajudante do Inspector; 2 Chefes de secção; 4 Oficiais; 4 Amanuenses; 1 Porteiro; 1 Continuo	Poder Legislativo	Organizar a Inspectoria Geral das Terras e Colonização
Agencia Central de Imigração *				
Diretoria Geral da Indústria	Decreto do Vice-Presidente da República (Decreto N. 2.427, de 2 de janeiro de 1897)	Diretor Geral	Poder Executivo	Transfere para a Diretoria Geral da Indústria os serviços atualmente a cargo da Agencia Central de Imigração
Serviço de Identificação de Imigração	Decreto-Lei (Decreto-Lei N. 406, de 4 de Maio de 1934)	1 chefe de serviço; 3 datiloscopistas; 2 identificadores	Caráter Civil	Determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional, tendo em vista o disposto no capítulo III; organizar seu regimento interno; julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei; deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros; decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros
Conselho de Imigração e Colonização	Decreto-Lei (Lei N. 2.163, de 5 de janeiro de 1938)	7 membros nomeados pelo Presidente da República	Deliberativo Operacional	Orientar e superintender os serviços de colonização e de entrada, fixação e distribuição de estrangeiros, e cujas resoluções só poderão ser reformadas pelo Presidente da República
Instituto Nacional de Imigração e Colonização	Lei (Lei N. 2.163, de 5 de janeiro de 1954)	Diretoria Executiva composta por um Presidente, um Diretor-Técnico e um Diretor-Tesoureiro	Estados, Municípios ou entidades públicas e particulares	Orientar e planejar a política do povoamento e colonização do território brasileiro
Comissão Interministerial Permanente	Decreto (Decreto N. 66.689, de 11 de junho de 1970)	Departamento Consular e de Imigração do Ministério das Relações Exteriores, Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamentos de Justiça e de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Serviço de Saúde dos Portos do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Conselho de Segurança Nacional	Presidência da República	Regula a entrada, permanência, registro e saída de estrangeiro do território nacional, a expulsão, deportação e extradição, bem como os direitos e deveres do estrangeiro e a respectiva naturalização
Conselho Nacional de Imigração	Lei (Lei N. 6.815, de 19 de agosto de 1980) Regulamentado pelo Decreto nº 3574 de 23 de agosto. (última regularização)	Oito Ministérios (Trabalho e Emprego-preside-Relações Exteriores, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Indústrial, Saúde e Educação). Cinco representantes dos trabalhadores (indicados pelas Centrais Sindicais) , cinco representantes" dos empregadores (Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio, do Transporte , da Agricultura e das Instituições Finaceiras) e u representante da comunidade cientifica e tecnológica indicado pela SBPC	Poder Executivo	Elaboração e gestão da política de imigração no Brasil; Define a situação jurídica do estrangeiro no brasil
*** Havia na base de dados consultada, o Sistema de Legislação Federal Brasileira do Senado Federal, pouquíssimas informações sobre essa Agência.**				
Fonte: Freitas 2007				

Anexo 2 - Sistema do Centro Pastoral de Mediação dos Migrantes



Serviço - Novo Item

server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x01005EBCE6CD1DA1EF45BD0A9BB196024:

Aplicativos | Migrantes, Imigrant... | .: Projeto Âncora :. | Nova pasta | Registe-se - Researc... | Exército confere dos... | Livros

Vaga

Data de encaminhamento para entrevista

Empregador

Foi admitido

Continuidade do atendimento

Clique para obter ajuda sobre como adicionar formatação HTML básica.

Descrição do Atendimento

Observações

Clique para obter ajuda sobre como adicionar formatação HTML básica.
Tamanho máximo sugerido: 100 letras ou números.

OK | Cancelar

PT 10:23 02/06/2014

Serviço - Novo Item

server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x01005EBCE6CD1DA1EF45BD0A9BB196024:

Aplicativos | Migrantes, Imigrant... | .: Projeto Âncora :. | Nova pasta | Registe-se - Researc... | Exército confere dos... | Livros

Experiências Profissionais

[Mês/Ano]
Empresa
País
Profissão/Cargo
Funções Principais

Idioma

Inglês

Especifique seu próprio valor:

Já participou de algum curso de português para estrangeiros?

Em qual instituição?

Já Particpou das palestras da Missão Paz?

Encaminhamentos para cursos

Área(s) em que gostaria de trabalhar

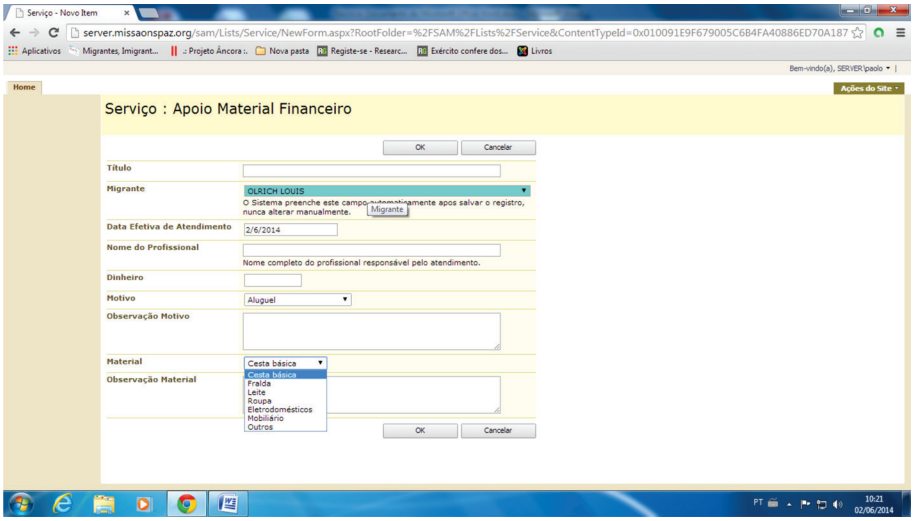
Encaminhamentos

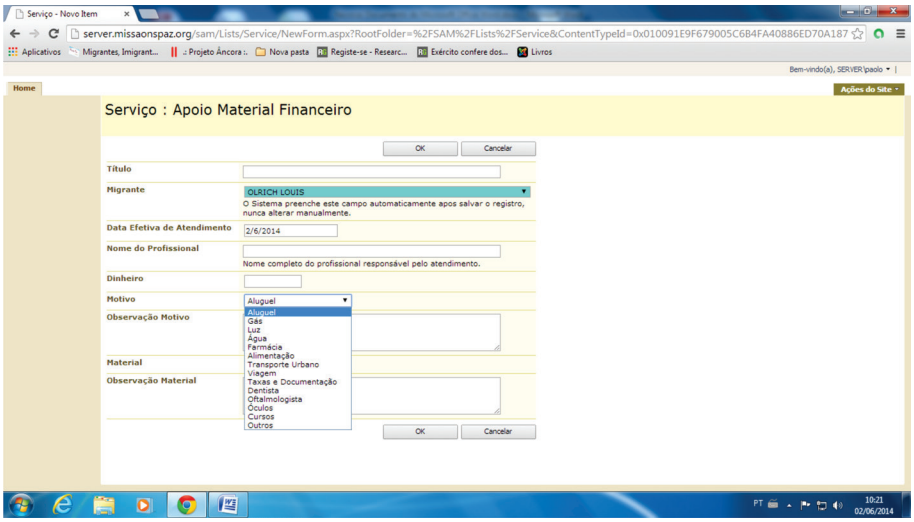
Vaga

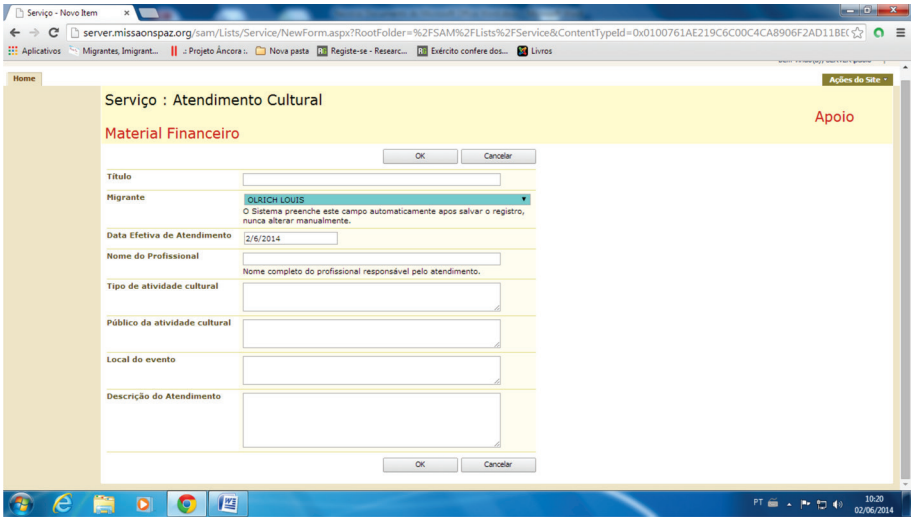
Data de encaminhamento para entrevista

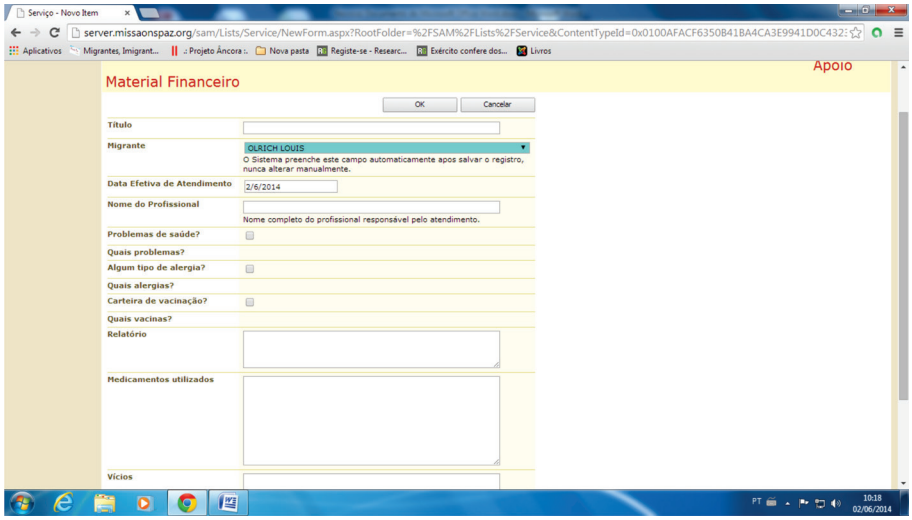
Empregador

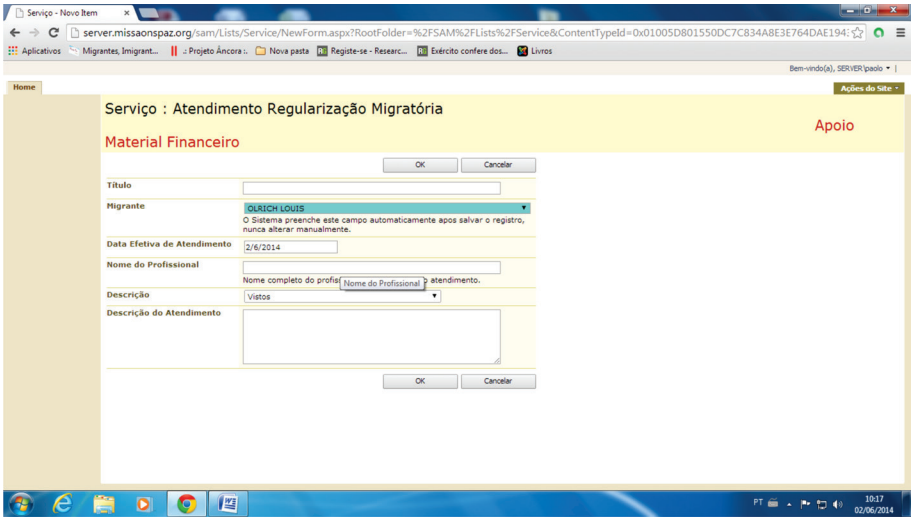
PT 10:23 02/06/2014

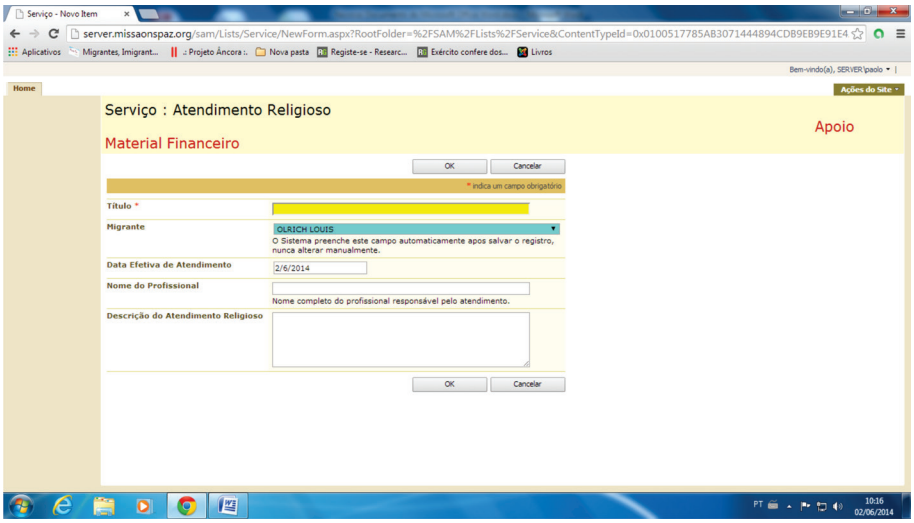

Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x010091E9F679005C6B4FA40886ED70A187
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Bem-vindo(a), SERVER\paolo
Home
Ações do Site
Serviço : Apoio Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Migrante
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Dinheiro
Motivo
Aluguel
Observação Motivo
Material
Cesta básica
Cesta básica
Fralda
Leite
Roupa
Eletrodomésticos
Mobiliário
Outros
Observação Material
OK
Cancelar
PT
10:21
02/06/2014

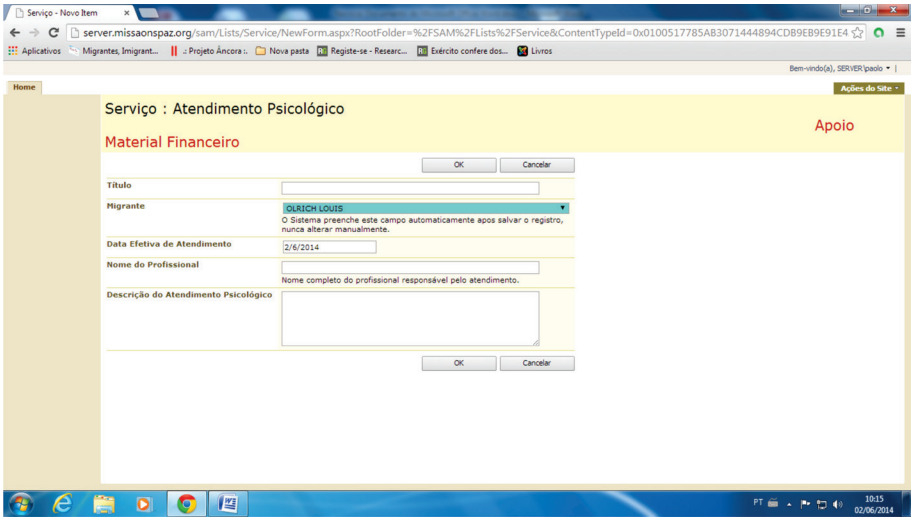

Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x010091E9F679005C6B4FA40886ED70A187
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Bem-vindo(a), SERVER\paolo
Home
Ações do Site
Serviço : Apoio Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Dinheiro
Motivo
Aluguel
Aluguel
Gás
Luz
Água
Farmácia
Alimentação
Transporte Urbano
Viagem
Taxas e Documentação
Dentista
Oftalmologista
Óculos
Cursos
Outros
Observação Motivo
Material
Observação Material
OK
Cancelar
PT
10:21
02/06/2014

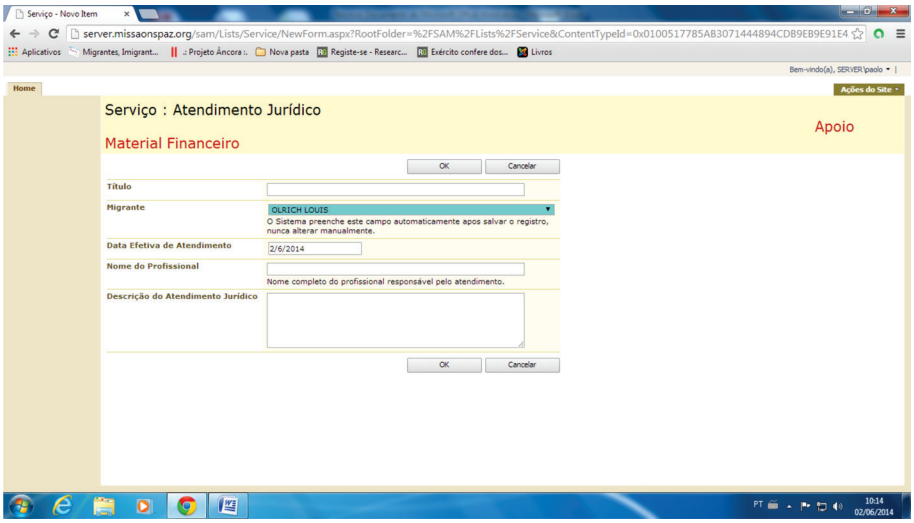

Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100761AE219C6C00C4CA8906F2AD11BE
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
.: Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Home
Ações do Site
Serviço : Atendimento Cultural
Apoio
Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Tipo de atividade cultural
Público da atividade cultural
Local do evento
Descrição do Atendimento
OK
Cancelar
PT
10:20
02/06/2014

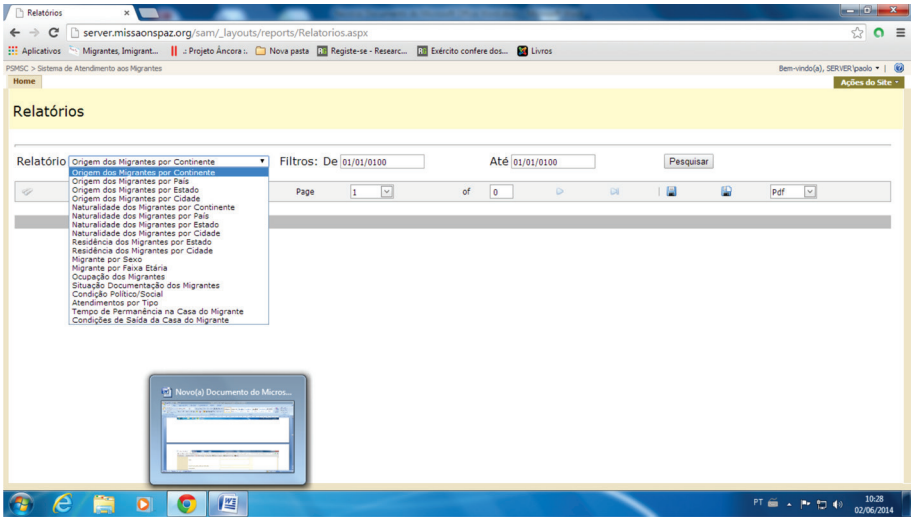

Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100AFACF6350B41BA4CA3E9941D0C432
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
.: Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Apoio
Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Problemas de saúde?
Quais problemas?
Algum tipo de alergia?
Quais alergias?
Carteira de vacinação?
Quais vacinas?
Relatório
Medicamentos utilizados
Vícios
PT
10:18
02/06/2014

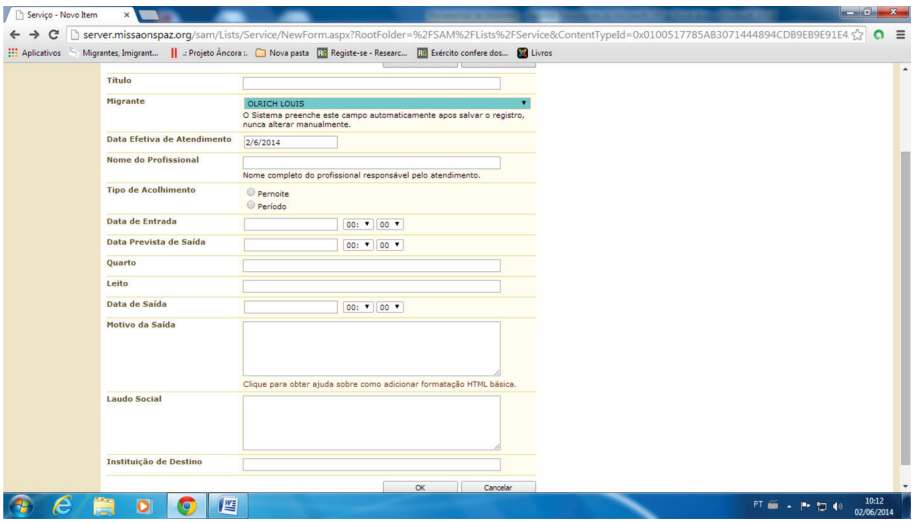

Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x01005D801550DC7C834A8E3E764DAE194
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Áncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Bem-vindo(a), SERVER\paolo
Home
Ações do Site
Serviço : Atendimento Regularização Migratória
Material Financeiro
Apoio
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome do Profissional
Descrição
Vistos
Descrição do Atendimento
OK
Cancelar
10:17
02/06/2014


Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100517785AB3071444894CDB9EB9E91E4
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Áncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Bem-vindo(a), SERVER\paolo
Home
Ações do Site
Serviço : Atendimento Religioso
Material Financeiro
Apoio
OK
Cancelar
* indica um campo obrigatório
Título *
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Descrição do Atendimento Religioso
OK
Cancelar
10:16
02/06/2014


Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100517785AB3071444894CDB9EB9E91E4
Home
Ações do Site
Serviço : Atendimento Psicológico
Apoio
Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Descrição do Atendimento Psicológico
OK
Cancelar


Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100517785AB3071444894CDB9EB9E91E4
Home
Ações do Site
Serviço : Atendimento Jurídico
Apoio
Material Financeiro
OK
Cancelar
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Descrição do Atendimento Jurídico
OK
Cancelar


Relatórios
server.missaonspaz.org/sam/_layouts/reports/Relatorios.aspx
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
PSMSC > Sistema de Atendimento aos Migrantes
Bem-vindo(a), SERVER\paolo
Home
Ações do Site
Relatórios
Relatório
Origem dos Migrantes por Continente
Origem dos Migrantes por Continente
Origem dos Migrantes por País
Origem dos Migrantes por Estado
Origem dos Migrantes por Cidade
Naturalidade dos Migrantes por Continente
Naturalidade dos Migrantes por País
Naturalidade dos Migrantes por Estado
Naturalidade dos Migrantes por Cidade
Residência dos Migrantes por Estado
Residência dos Migrantes por Cidade
Migrante por Sexo
Migrante por Faixa Etária
Ocupação dos Migrantes
Situação Documentação dos Migrantes
Condição Político/Social
Atendimentos por Tipo
Tempo de Permanência na Casa do Migrante
Condições de Saída da Casa do Migrante
Filtros: De 01/01/0100
Até 01/01/0100
Pesquisar
Page 1 of 0
Pdf
Novo(a) Documento do Micros...
PT
10:28
02/06/2014


Serviço - Novo Item
server.missaonspaz.org/sam/Lists/Service/NewForm.aspx?RootFolder=%2FSAM%2FLists%2FService&ContentTypeId=0x0100517785AB3071444894CDB9EB9E91E4
Aplicativos
Migrantes, Imigrant...
Projeto Âncora :.
Nova pasta
Registe-se - Researc...
Exército confere dos...
Livros
Título
Migrante
OLRICH LOUIS
O Sistema preenche este campo automaticamente apos salvar o registro, nunca alterar manualmente.
Data Efetiva de Atendimento
2/6/2014
Nome do Profissional
Nome completo do profissional responsável pelo atendimento.
Tipo de Acolhimento
Pernoite
Período
Data de Entrada
Data Prevista de Saída
Quarto
Leito
Data de Saída
Motivo da Saída
Clique para obter ajuda sobre como adicionar formatação HTML básica.
Laudo Social
Instituição de Destino
OK
Cancelar
PT
10:12
02/06/2014

Anexo 3 - Relatório workshop projeto MT Brasil

Migrações Transfronteiriças
Fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios (MT Brasil)

Relatório Workshop em Brasília
22 e 23 de outubro de 2014

Introdução

O objetivo primeiro do workshop foi estabelecer o diálogo entre as diversas instâncias envolvidas na gestão do fluxo migratório internacional no Brasil, no tocante à produção e disseminação de informação.

Para o início desse processo optou-se por trabalhar, em um primeiro momento, com o Ministério do Trabalho – MTE, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Ministério da Justiça e Cidadania – MJ e o Departamento de Polícia Federal – DPF.

O workshop contou ainda com a participação de representantes da sociedade civil organizada que atuam diretamente com os imigrantes, com a colaboração de pesquisadores de diversas áreas e com a presença de representantes de ministério e órgãos de governo que têm interesse na área de migração internacional.

Ao final do evento a lista de participantes registrou a presença de mais de 90 pessoas nos dois dias de duração do workshop.

A programação foi elaborada tendo em conta os objetivos do evento e também a construção de proposta de programa de trabalho que, em futuro próximo, deverá ser levada aos ministérios diretamente envolvidos com a temática, de forma a contribuir no início de processo de harmonização das informações levantadas em cada órgão e sua posterior disseminação.

Apesar do workshop não ter sido concluído com a aprovação de um documento base, foi possível avançar na discussão dos sistemas de coleta de informações dos ministérios presentes, na avaliação das lacunas e fragilidade dos dados registrados e em propostas do processo de disseminação.

A seguir são apresentados os resumos das sessões tendo por base os documentos preparados pela relatoria do evento[4], destacando os principais pontos das discussões. Encerrando o documento são apresentadas as principais conclusões emanadas do grupo de trabalho realizado ao final do evento.

Relatos

1. Abertura

Na abertura do evento o senhor Paulo Sérgio Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração- CNIg, destacou a necessidade de se contar com informações fidedignas para a gestão dos fluxos migratórios no Brasil. Ressaltou que, na atualidade, frente aos novos processos migratórios que são complexos em termos de rotas, nacionalidades e origens o desafio colocado para as autoridades brasileiras na governança migratória é ainda maior do que no passado.

Portanto, uma base de informações que possa auxiliar não só o trabalho do governo, mas sobretudo, contribuir para que a sociedade como um todo tenha conhecimento desse novo processo migratório é de construção urgente.

Na intervenção seguinte, o senhor João Guilherme Granja, Diretor do Departamento Estrangeiros do Ministério da Justiça e Cidadania, levantou a importância do diálogo entre as diversas instâncias governamentais para a gestão da informação sobre a migração internacional. Destacou, também, que esta informação deve servir não só para a atividade dos órgãos de governo, mas também para esclarecer a população em geral e com isso reduzir o desconhecimento do processo migratório, contribuindo no combate aos "medos" em relação ao outro e à xenofobia.

A próxima intervenção foi do senhor Asier Santillan, Adido de Cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil, que destacou o apoio

[4] Relatoras Carolina Fonseca, Sandra Moreira da Silva – GEDEP – PUC Minas.

da União ao combate do tráfico de pessoas e a importância da cooperação com o Brasil, que é um dos países chave na região da América Latina.

Finalizando a sessão de abertura, o senhor Enrico Ragaglia, Gerente de Programa do ICMPD, fez um breve relato sobre as atividades do Centro e indicou os trabalhos desenvolvidos pelo ICMPD no Brasil, com destaque para as diversas parcerias com os ministérios, órgãos de governo e sociedade civil, contribuindo na construção de capacidades para a gestão do fluxo migratório e combate ao tráfico de pessoas.

2. Painéis

2.1. Painel Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração do Governo Federal – os registros administrativos

O primeiro painel contou com a participação de representantes da Coordenação Geral de Imigração (CGIg) do Ministério do Trabalho, da Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores, da Divisão e Cadastro de Registro de Estrangeiros do Departamento da Polícia Federal e do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça e Cidadania.

Cada palestrante foi convidado a apresentar sistema de informação em utilização no seu órgão, indicando a forma de coleta dos dados, o nível de acesso ás informações, as lacunas do sistema e as possibilidades de seus usos. .

Ficou patente que não há um procedimento único de coleta e manipulação dos dados dentro de cada órgão. Apesar de em todas as instituições a coleta da informação ser realizada por meio de formulários eletrônicos, os sistemas de gerenciamento desses dados são distintos e não permitem o acesso ás informações de uma maneira padronizada. Por exemplo, enquanto na Polícia Federal, ao se acessar as informações do SINCRE[5], é possível obter determinadas características do conjunto dos imigrantes e até mesmo estabelecer filtros para situações específicas, no caso da CGIg o acesso aos dados, mesmo para os técnicos da coordenação, não acontece de forma direta, mas via a intermediação de outro setor do Ministério do Trabalho, responsável pela área de informação do órgão. No caso do Ministério das

[5] Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiro - SINCRE

Relações Exteriores, as informações coletadas podem ser utilizadas pelos funcionários do setor, mas de forma limitada, pois a concepção do sistema não levou em conta a possibilidade de produção de relatórios específicos.

Os relatos indicaram situações bem distintas nos três órgãos, mas apontaram também, possibilidades de trabalhar em uma mesma direção. Se é verdade que se tem níveis de acesso às informações diferenciados, o simples fato dos dados estarem armazenados em bases digitais, favorece a possibilidade de sua harmonização e a criação de um sistema em um único órgão ou sistemas paralelos nos diversos órgãos que poderiam ser gerenciados em uma única base.

O Senhor Cássio Turra, Presidente da ABEP, ao comentar as intervenções, destacou que os dados apresentados podem ser úteis para os estudos dos eventos (migração), mas não são suficientes para entender todo o fenômeno. Os levantamentos quantitativos auxiliam na análise dos fenômenos, mas há a necessidade de estudos qualitativos e específicos, que sejam mais abrangentes. É preciso dar consistência às informações e à integração dos dados.

Alertou também para a necessidade de se diferenciar estimativas diretas e indiretas. Essas são indiretas quando não se tem contato direto com informações sobre o fenômeno que se busca mensurar, mas sim, com dados que permitem estimar a magnitude dos eventos, por meio de técnicas de análises demográfica. No caso da imigração internacional o exemplo mais conhecido é a estimativa indireta do saldo migratório, utilizando informações relativas à mortalidade e à população em dois momentos distintos no tempo. As estimativas diretas podem ser pela utilização de dados levantados via pesquisas domiciliares, como o Censo Demográfico realizado pelo IBGE, ou por meio da utilização de informações dos registros administrativos. No entanto, os dois processos são extremamente úteis e devem ser utilizados em conjunto. Por exemplo, dados estoques, pessoas que não são brasileiras, mas estão no Brasil, podem dialogar com dados de fluxos, pessoas que entram e saem do país. Uma informação pode complementar a outra.

Segundo o debatedor, deve-se ter em conta que há situações diferenciadas, pois determinadas informações podem descrever o fenômeno, mas não identifica-lo. Para avançar nas análises é preciso

considerar os determinantes de vários processos, nos quais o uso de registros administrativos, como base de dados para estudos econômicos e sociais, pode contribuir no entendimento dos quantitativos gerados por meio de pesquisas domiciliares ou de outro tipo de levantamento. Para que possa haver esse diálogo, é preciso avaliar a coerência e a consistência entre as bases de informações.

Os debates que se seguiram ás apresentações indicaram a preocupação dos presentes com alguns aspectos da construção de um sistema de informação. Dentre os pontos levantados pode ser destacada a necessidade da garantia de sigilo da informação para proteção do imigrante. Muitas vezes os órgãos que manipulam a informação não respeitam os direitos do cidadão. Foi citado o caso de imigrante africano, recém-chegado ao Brasil, alvo de suspeita de contágio pelo vírus Ebola, que teve todos os seus dados divulgados pela imprensa, o que é interditado pela Lei. Outro ponto comentado foi a necessidade da coleta de informação ser realizada uma única vez e que as diversas bases pudessem "dialogar", dispensando o imigrante de passar por repedidas situações nas quais é obrigado a fornecer as mesmas informações a departamentos de um mesmo ministério ou órgão governamental. A sugestão para contornar essa situação foi a de que as informações circulassem, como um cadastro único, entre as diversas instâncias de governo.

2.2. Painel - Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração: experiências de institutos de estatísticas (Brasil, Argentina e Espanha), desafios, limites e alternativas.

Para o segundo painel foi proposta a discussão sobre o levantamento de informações acerca a migração internacional pelos órgãos públicos no Brasil, Espanha e Argentina.

No caso do Brasil, o representante do IBGE expôs as possibilidades de utilização das diversas fontes de informação disponibilizadas pelo órgão tendo por base os dados dos censos demográficos e PNADs[6]. Indicou ainda as possiblidades de uso de informações sobre a emigração levantadas, pela primeira vez, no censo de 2010. Destacou a importância das definições sobre

[6] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

as migrações quando se utiliza dados de pesquisas domiciliares e apontou as lacunas de cada tipo de informação coletada. Indicou, para a migração internacional, os quantitativos que podem ser levantados ao se manipular os dados censitários, conforme a definição de imigrante que se utiliza, incluído o processo de retorno.

A representante do INE[7] da Espanha descreveu o processo de criação e utilização do "*Padrón de Población*", destacando as dificuldades para o levantamento de informações nos 8.100 municípios do país. Indicou também as questões legais que protegem o cidadão, tanto no momento do fornecimento da informação quando da divulgação dos dados. Apesar do objetivo primordial do "*Padrón*" não ser o de gerar insumos para estudos sobre a migração, esta ferramenta pode ser usada no acompanhamento da migração internacional, por meio das entradas e saídas das pessoas da base de dados. No entanto, destacou que no caso dos estrangeiros o sistema apresenta algumas falhas, como a falta da baixa imediata do registro quando da partida do estrangeiro e, em alguns casos, o não registro de algum residente que leva a não contagem do indivíduo, no conjunto dos estrangeiros. Mas ressaltou que o sistema por sua abrangência territorial é uma útil ferramenta para a gestão migratória.

No caso da Argentina, as informações foram apresentadas pela representante da UNTREF[8] destacando que no país há dois caminhos para levantamentos de informações sobre a migração internacional, pesquisas domiciliares e registros administrativos. No primeiro caso estão incluídos os censos e pesquisas específicas[9] do INDEC[10]. Em relação aos censos, a série de dados está disponível desde 1869 com informações sobre o estoque de imigrantes e algumas de suas características. No entanto não há dados sobre a emigração nesses levantamentos. Em relação aos registros administrativos observou que nas bases do Ministério do Interior y Transporte é possível obter informações sobre as entradas e saídas de estrangeiros o que permite o acompanhamento do fluxo de imigrantes.

---

[7] Instituto Nacional de Estadistica.

[8] Universidad Nacional Tres de Febrero - UNTREF.

[9] Encuesta a inmigrantes recientes – 2008 y 2009. Encuesta sobre migración, fecundidad y familia -2011.

[10] Instituto Nacional de Estadística y Censos.

2.3. Painel Sistemas de Informação e Coleta de Dados de Migração: experiências da sociedade civil

O terceiro painel teve por objetivo discutir a experiência de diversas instituições no trato de informações sobre a migração internacional.

Rede Internacional Scalabriniana – SIMN

A primeira apresentação foi da Rede Internacional Scalabriniana, que tratou da proposta de sistema integrado de informação a ser implantado para atender as diversas casas de apoio aos imigrantes mantidas pela congregação em todo o mundo. A ideia que norteou a concepção do sistema foi a de se fazer o acompanhamento do imigrante, observando os trajetos e as principais demandas de forma a permitir uma atuação mais eficiente da entidade na sua missão. Com o funcionamento do sistema será possível acompanhar o atendimento ao imigrante, mesmo que este aconteça em diversos países, contribuindo para retraçar trajetos e necessidades. Foram discutidos os principais problemas que uma proposta de tal envergadura pode enfrentar, como as legislações de cada país no tocante a coleta, armazenagem de informações e a sua divulgação, as especificidades de cada centro de atendimento quanto ao tipo de trabalho realizado, como por exemplo, a existência de cursos de capacitação em alguns ou serviços de atendimento específicos em outros.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, NIEM

O Núcleo foi criado em 2000 por um pequeno grupo de professores e estudantes que tinham interesses comuns nas questões relacionadas à migração internacional.

Na atualidade estão associados a este grupo mais de 1.400 pessoas no Brasil e no exterior, o que tornou o Núcleo uma referência na divulgação de informações sobre a migração internacional.

Por conta de sua natureza acadêmica, voltado para a pesquisa e extensão, o Núcleo vincula com maior frequência informações sobre trabalhos, notícias e estudos de interesse na área de migração internacional. A

experiência acumulada tem contribuído para o aperfeiçoamento de mecanismos de disseminação de informação e a atenta observação das visões da sociedade em relação ao migrante. Como por exemplo, a percepção do recente aumento da hostilidade em relação ao estrangeiro não só no Brasil, mas também no exterior.

Observatório das migrações internacionais – Obmigra

O observatório é uma experiência recente implantada na UNB, inspirada no modelo britânico de observatório das migrações, e conta com o apoio do CNIg. No momento, 14 professores e pesquisadores trabalham no Observatório e seus esforços estão concentrados na viabilização de proposta de integração dos dados sobre migração internacional disponíveis nas diversas bases de informação do Ministério do Trabalho.

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre

Apesar de não se tratar de uma organização não governamental, a presença do representante da Secretaria no evento foi de grande importância. No momento, é no Acre aonde a questão do fluxo de imigrantes tem causado maior impacto. A gestão desse fluxo colocou grande desafio ao governo do estado, o que levou a secretaria a desenvolver um pequeno sistema de coleta de informações que é utilizado na gestão do apoio aos imigrantes. Apesar de ser um sistema de restrito uso e estruturado de forma simples (planilha Excel), ele contribui para o acompanhamento dos imigrantes desde a sua chegada no abrigo, em Rio Branco, até a partida do estado. O sistema fornece elementos que auxiliam nos encaminhamentos em áreas especificas do governo ou mesmo na inserção laboral do migrante.

No debate que se seguiu às apresentações, a Professora Ana Cristina Braga Martes, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, observou que durante os anos 1980, a maioria das pesquisas acadêmicas estava direcionada para estudos na área da emigração, mas no início da década seguinte começaram a surgir os primeiros levantamentos sobre a imigração para o Brasil, tratando de grupos específicos como os bolivianos. Hoje a cena é dominada pela discussão da imigração, apesar de continuar a emigração.

Outro ponto colocado pela debatedora é a dificuldade de se obter números confiáveis sobre a migração, uma vez que a maioria dos migrantes está em situação irregular e não captados pelas estatísticas oficiais.

Outros participantes lembraram a importância de considerar a presença dos imigrantes nas diversas discussões que são propostas sobre a migração internacional, pois como sujeitos das ações governamentais deveriam também ser ouvidos.

2.4. Práticas Promissoras de Registro de Informação/Dados

Neste painel foram apresentadas duas práticas ligadas ao tema da migração internacional. A primeira, relacionada à disseminação de informações censitárias sobre a migração internacional, é o projeto "*Investigación de la Migración Internacional em Latinoamérica – IMILA*", desenvolvido pelo Centro Latinoamericano de Demografia – CELADE.

Este projeto teve por objetivo a construção de uma ferramenta, incorporada à página do CELADE, que permite a obtenção de informações sobre os estoques de imigrantes nos países da América Latina e Caribe, considerando o país de residência ou de nascimento do imigrante.

Apesar da disponibilidade das informações, entende-se como prioritário ampliar o leque de dados levantados que, muitas vezes, não fazem parte das questões colocadas nos censos, como, por exemplo, a importância das remessas internacionais recebidas pelos domicílios. Outro problema é a qualidade do levantamento das informações que podem variar de país para país, dependendo das dificuldades encontradas na realização dos censos. Tal situação pode comprometer a utilização das informações, ainda mais sendo a migração, em alguns países, um evento raro. Não se pode perder de vista que, muitas vezes os levantamentos dos censos subenumeram os imigrantes irregulares o que pode passar uma imagem distorcida da realidade migratória de um país. No entanto, não há como negar a contribuição dessa ferramenta para o conhecimento do processo migratório e sua aplicação na definição de políticas públicas.

A segunda apresentação da sessão foi dedicada á discussão do processo de construção da "*Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e*

Informações sobre Tráfico de Pessoas". O objetivo desse projeto, coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, do Ministério da Justiça e Cidadania, foi o de construir uma metodologia dialogável e integrada que permitisse a análise estatística sobre o tráfico de pessoas no âmbito da justiça criminal.

A proposta foi desenvolvida em diversas fases por meio de um processo de discussão, validação e aprovação de cada etapa pelos participantes. Vale destacar as seguintes fases: mapeamento das instituições, conhecimento das boas práticas, definição de diretrizes, definição de categorias, processo para pactuar metodologias entre as instituições, e a formalização dos protocolos acordados.

Os maiores problemas encontrados no trajeto do processo de integração se relacionavam ás estruturas dos sistemas para atender ao combate ao tráfico de pessoas, que têm funções mais administrativas do que voltadas á pesquisa, o que dificulta a obtenção da informação. Também causava dificuldades o tipo de dados coletado que é mais voltado para as atividades das instituições e, portanto, tem limites bem claros. Por exemplo, a instituição que tem por missão punir um agressor, tem pouca informação sobre a vítima. Ao mesmo tempo, dependendo do órgão que coleta os dados, o fato gerador de uma mesma informação tem nomenclaturas distintas.

O processo, ainda em curso, prevê duas fases complementares, uma relacionada a produção pelas instituições de um relatório com as variáveis mínimas acordadas e um ciclo mais avançado que deverá incluir um quadro amplo de variáveis.

Os debates que se seguiram focaram em dois pontos com nuanças diversas. O primeiro questionamento indicou os problemas relacionados a pouca visibilidade dos imigrantes irregulares que não são captados pelos censos e outras fontes, mas, por outro lado, representam, conforme o país analisado, um importante contingente populacional. A questão do tráfico de pessoas também coloca alguns problemas, pois apesar da definição explicita do termo em documentos oficiais, captar a situação é muito complicado, pois inclui não só dificuldades de identificação de uma situação muito delicada, como também a percepção da ocorrência do delito pela vítima do tráfico.

Grupos de Trabalho

Antes da discussão dos grupos de trabalho, a coordenação do evento apresentou algumas notas introdutórias que sintetizavam as contribuições de palestrantes e debatedores dos dias anteriores, e indicavam alguns pontos que poderiam ser objeto de debate nos grupos de trabalho.

A proposta original do evento, propunha a formação de três grupos de trabalho, assim divididos: a) harmonização dos procedimentos de coleta de dados (variáveis a serem coletadas, periodicidade); b) compartilhamento de informações das bases existentes; c) disseminação e divulgação de informações (aspectos administrativos e legais).

Os participantes levantaram alguns pontos que também poderiam ser considerados nas discussões. A primeira questão colocada dizia respeito à necessidade de se definir as informações que seriam levantadas (o que) e o objetivo do seu uso (para que). Uma questão acessória: como incorporar todo o universo de imigrantes uma vez que parte deles, os indocumentados, não está incluída nas bases oficiais? Outra sugestão foi de incluir no processo uma visão mais ampla de base de dados, que não seria somente um repositório de informações para acesso da academia e sociedade civil, mas que pudesse incorporar em sua estrutura, um sistema de ouvidoria para os migrantes e também contar com informações não exclusivamente numéricas, mas de utilidade pública. Foi sugerido que ao se iniciar o processo de disseminação dos dados, fossem também incorporados a esse processo a divulgação de conceitos na área da migração (sugestão a seguir o dicionário em preparação pelo Observatório das Migrações – UNB/CNIg).

Outra experiência lembrada e que poderia servir de modelo ao sistema em discussão foi a da Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSA, do Ministério da Saúde. Essa Rede tem por objetivo:

- estabelecer base de informações essenciais e consistentes para a análise das condições de saúde no País, facilmente acessíveis pelos diversos tipos de usuários e construídas mediante processo interinstitucional de trabalho;
- articular a participação de instituições que contribuam para

a produção, crítica e análise de dados e indicadores relativos às condições de saúde;

- implementar mecanismos de apoio para o aperfeiçoamento permanente da produção de dados e informações;
- promover intercâmbio com outros subsistemas especializados de informação da administração pública;
- contribuir para o estudo de aspectos de reconhecida relevância para a compreensão do quadro sanitário brasileiro; e
- fomentar mecanismos indutores do uso de informações essenciais para a orientação de processos decisórios no âmbito do SUS.

Assim considerando os tópicos colocados para a formação dos grupos de trabalho, foi elaborada uma ementa para as discussões com os seguintes pontos:

Harmonização: ("o quê?" "Para quê?")

- Quais variáveis são coletadas e quais variáveis poderiam ser "retidas" em uma base;
- A periodicidade da coleta e divulgação das informações;
- Qual o objetivo de harmonização dos dados coletados e como as informações poderiam colaborar com políticas em favor do migrante;
- Harmonização de conceitos.

Compartilhamento: ("o quê?" "Para quê?")

- Buscar um "mote' comum? (por exemplo, migração laboral);
- A participação das bases construídas pela sociedade civil;
- "Diálogo" entre as bases (níveis distintos);
- Onde ficaria a base? (um dos órgãos que contribui com informações, um terceiro órgão ou cada órgão teria um "porto" de acesso);
- Rede contínua e colaborativa (ouvidoria).

Disseminação: ("o quê?" "Para quê?")

- Acesso interno – nível de acesso;

- Acesso público – quem acessa, qual o nível territorial mínimo de disponibilidade dos dados (estado, município);
- Aspectos administrativos, técnicos e o controle da sociedade civil.

Apesar da extensão dos temas optou-se por fazer a discussão conjunta de todos os pontos em um único grupo de trabalho, uma vez que houve entendimento das várias interseções entre os tópicos propostos. A questão relacionada ao "*para que*" se construir uma base de informações foi discutida em quatro aspectos, o primeiro acadêmico, como mecanismo de incentivar os agentes públicos a aperfeiçoar formas de coleta dos dados. O segundo aspecto seria a participação da sociedade, principalmente os migrantes, de forma a gerar acessos sobre dados, serviços e direitos. O terceiro ponto tem por foco os agentes públicos de forma a permitir o conhecimento das demandas dos migrantes e as lacunas relativas aos acessos destes imigrantes aos seus direitos. Por último, mas não menos importante, a base teria a função de fortalecer redes não só na sociedade civil organizada, mas também entre os atores no poder público e entre os próprios migrantes.

Ao final dos debates, o coordenador do grupo de trabalho resumiu as principais conclusões, apresentadas a seguir. Como postulado maior parte-se da crença que a criação de políticas públicas voltadas para os migrantes devem respeitar e coadunar-se com os valores já consagrados de Direitos Humanos e com o direito de migrar. Tendo isonomia e autonomia, sem interferência estrangeira, garantindo a soberania brasileira e o respeito às especificidades e necessidades locais e regionais.

Os debates avançaram na construção de algumas propostas resumidas a seguir:

A importância da gestão compartilhada de dados e a proposição da criação de um portal de acesso público. O acervo desse portal deveria ser construído pautando-se na difusão de conhecimento, com a disseminação de informações. A inserção de informações no portal deveria ter periodicidade no mínimo mensal, incorporando dados de diversas áreas importantes para o conhecimento da realidade migratória do país.

Promover a criação de um canal de comunicação direito para imigrantes, emigrantes e retornados, e ainda àqueles que buscam imigrar

ou emigrar. Espécie de ouvidoria, no sentido de prestar esclarecimentos e informações à população sobre temas das migrações. Esse canal ainda serviria como coletor de dados para identificar lacunas e demanda aos serviços aos migrantes, e ferramenta ao combate ao tráfico de pessoas e à vulnerabilidade do migrante.

Proceder ao monitoramento de compromissos assumidos pelo Estado no âmbito da migração internacional, exigindo políticas públicas claras, objetivas e universais (nos limites das suas especificidades).

Aspectos de governança e privacidade foram ainda abordados. Governança no sentido de consenso e não ações impostas, com ampliação do diálogo e participação ampliada na criação de políticas públicas, especialmente com a participação de estrangeiros e retornados. Privacidade nas informações, guardando sigilo quanto à identidade e especificidades do migrante.

PARTE 2

A. Estrangeiros no Brasil na década de 2000: análise comparativa dos dados do Censo Demográfico de 2010 e do Sistema Nacional de Registro de Estrangeiro

Marden Campos[11]

Leonardo Rodrigues[12]

2.1. Introdução

A produção de estimativas confiáveis é um desafio constante para os que lidam com a migração internacional. Isso decorre da intensa dinâmica exibida pela mobilidade espacial da população e, consequentemente, às dificuldades de registro dos migrantes. Além disso, o fato de parte dos migrantes permanecerem nos países de destino sem a documentação e amparo legal pertinente complica ainda mais sua inclusão nas estatísticas sobre migração.

Entre as estratégias comumente adotadas para a produção de informações sobre migrantes internacionais, destacam-se duas abordagens principais: a realização de pesquisas domiciliares e a produção de registros administrativos. Ambas buscam estimar o estoque total de migrantes residindo em uma região em determinado período. Além disso, é possível tentar calcular o fluxo migratório, ou a migração propriamente dita, a partir de dados de controle de fronteiras ou de utilização de meios de transporte.

No Brasil, os estudos sobre migração internacional têm sido feitos, prioritariamente, com base no estoque de imigrantes captados por pesquisas domiciliares, com destaque para o Censo Demográfico. Há uma escassez de análises realizadas com base em outras fontes de informações, como registros administrativos e controles de fronteira. Esse trabalho realiza, de forma inédita, uma comparação entre os dados sobre estrangeiros residentes no Brasil com

[11] Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/Coordenação de População/IBGE.

[12] Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/Coordenação de População/IBGE.

base no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística – IBGE e nos registros do Sistema Nacional de Registros de Estrangeiros – SINCRE administrados pelo Departamento da Polícia Federal, para a mesma década. Com base nessa análise busca-se, em primeiro lugar, avaliar as características de cada tipo de informação, destacando as vantagens e as dificuldades de captação dos migrantes de cada uma das bases. Por outro lado, a análise combinada das duas fontes contribui para a produção de uma estimativa mais precisa das características dos estrangeiros que migraram para o Brasil na década de 2000.

2.2. Bases de dados

Antes de tratar especificamente das bases de dados utilizadas, é importante destacar que existem dois tipos de medidas de migração: medidas de fluxos e medidas de estoques. Os fluxos representam a quantidade de deslocamentos (migrações) realizadas por indivíduos que chegam ou saem de uma região em determinado período de tempo. Já os estoques referem-se ao total de migrantes presentes em uma região em um dado momento. Enquanto as medidas de fluxos medem "migrações", as medidas de estoque medem "migrantes". As informações captadas pelos censos e pelos registros da SINCRE, foco da análise desse trabalho, contabilizam o número de estrangeiros que residiam no País em determinado período e, desse modo, são medidas de estoque de migrantes.

Censo Demográfico

Os censos demográficos são a principal fonte de informações sobre migrantes no Brasil. Isso se deve tanto à amplitude da investigação, realizada em todo território nacional, como à diversidade de quesitos direcionados à captação de imigrantes.

No Censo Demográfico de 2010 foram investigadas, no que se refere à imigração internacional, questões relativas ao lugar de nascimento, nacionalidade, tempo de moradia no município e Unidade da Federação, ano em que o estrangeiro fixou residência no Brasil, país estrangeiro de

residência anterior e país estrangeiro em que os indivíduos moravam cinco anos antes da data de referência do Censo. Desse modo, é possível caracterizar os migrantes em três diferentes tipos: (1) os naturais do exterior – estrangeiros – referentes aqueles que nasceram em país estrangeiro; (2) os que chegam ao País na década anterior ao censo – imigrantes de última etapa – entre os quais incluem-se tanto estrangeiros como brasileiros que retornaram ao país; (3) residiam no exterior há exatos cinco anos antes da data de referência dos censos – imigrantes de data fixa – que representam os ganhos de população do País no quinquênio anterior ao Censo, incluindo estrangeiros e brasileiros. A combinação de dois ou mais desses quesitos propicia a caracterização de tipos adicionais de migrantes, como os migrantes de retorno ou os que fizeram mais de um deslocamento na década anterior ao Censo.

Os dados dos migrantes podem ser analisados de forma combinada com as demais informações do domicílio e do indivíduo que são investigadas pelo Censo, permitindo uma caracterização detalhada dos migrantes e seus domicílios.

Cabe destacar que os quesitos de migração estão presentes no questionário da amostra. Como as conclusões de uma pesquisa por amostra apoiam-se em estimativas que embutem um erro amostral, a avaliação destes erros é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança das análises que subsidiam a tomada de decisões.

Por fim, é preciso enfatizar que as informações censitárias referem-se ao total de indivíduos que residiam no Brasil na data de referência do Censo, de 1 de agosto de 2010. Desse modo, referem-se apenas aos indivíduos que para cá migraram e que permaneceram até o momento da entrevista, excluindo-se os que reemigraram ou que faleceram. Além disso, para que os indivíduos tenham sido registrados, é preciso que um domicílio no Brasil tenha sido identificado como local habitual de residência do migrante, o que exclui das investigações aqueles que aqui estavam residindo temporariamente.

Outra limitação da informação censitária é que os Censos são realizados apenas uma vez a cada década e, por isso, não possibilitam acompanhar as tendências de curto prazo exibidas pelos movimentos migratórios.

SINCRE

Os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – SINCRE foram disponibilizados pela Coordenação Geral de Polícia de Imigração e referem-se ao total de registros de estrangeiros realizados na década de 2000.

Essas informações são produzidas no momento que o estrangeiro faz a solicitação da carteira de estrangeiro e, desse modo, representam uma exigência legal para que os indivíduos estejam devidamente registrado no Brasil e possa exercer direitos reservados aos estrangeiros como, por exemplo, adquirir um visto de trabalho. Desse modo, os registros do SINCRE apresentam informações de migrantes documentados e que estão formalmente registrados no Brasil

Na base disponibilizada existem informações sobre a classificação do registro (permanente, temporário, provisório, fronteiriço) o sexo, país de nascimento, estado civil, profissão, município e unidade da federação de residência, unidade da federação de entrada, meio de transporte, cidade de nascimento, idade e amparo legal do registro.

A vantagem desse tipo de informação é a atualização anual dos registros, que propicia um acompanhamento ao longo da década. Contudo, como limitação, esse tipo de informação apenas cobre os indivíduos formalmente registrados e que buscam realizar o registro para algum fim específico, como por exemplo, vínculo formal de trabalho ou matricula em instituição de ensino. Desse modo, estrangeiros que residem no País mas não buscam ou são levados a realizar o registro não constam na referida base de dados.

2.3. Análises comparativas entre dados do Censo Demográfico 2010 e SINCRE

Foi feita uma comparação das informações dos estrangeiros constantes no SINCRE entre 2000 e 2010 com os dados dos estrangeiros captados pelo Censo Demográfico que fixaram residência no Brasil no mesmo período. As variáveis utilizadas para a comparação foram sexo, idade, estado civil, unidade da federação de residência, ano de chegada/registro e país de nascimento.

Como o Censo só capta informações dos indivíduos que foram declarados como tendo o Brasil como local de residência habitual, apenas foram incluídos na análise aqueles estrangeiros que possuíam registro permanente no SINCRE, não sendo, portanto, descritas informações de registros temporários, provisórios ou fronteiriços. Nos Anexos estão apresentadas informações para indivíduos possuindo todos os tipos de registros, assim como informações adicionais oriundas do Censo 2010.

O total de estrangeiros que chegaram ou registraram-se no País na década de 2000 captado pelas duas fontes de informação é bastante parecido. Conforme pode ser observado na TAB. 1, no Censo foram enumerados 181 mil estrangeiros, enquanto os registros da SINCRE contabilizaram 191 mil registros. Contudo, apesar de próximos, uma análise detalhando dos números atesta que eles se referem a indivíduos distintos. O Censo captou um número maior de mulheres do que a SINCRE, cujos registros são compostos por 65% de homens, em comparação aos 57% captados pelo Censo. Isso faz com que a proporção entre homens e mulheres (razão de sexo) dos registros da SINCRE atinja o valor de 1,9, enquanto a do Censo é de 1,32.

TABELA 1 - Total de estrangeiros com residência no Brasil, por fonte de informação, segundo o sexo – Brasil - 2010

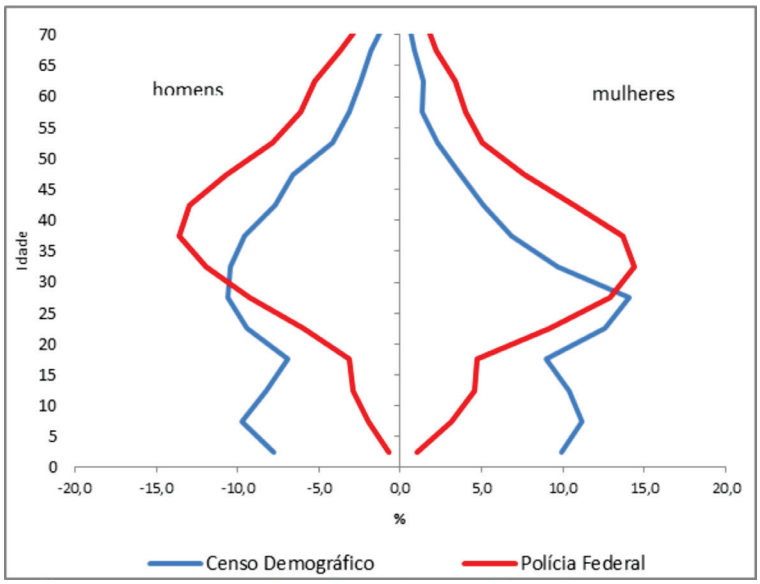
Sexo	Censo Demográfico	SINCRE
Mulheres	78.016	66.193
Homens	103.102	125.727
Total	181.118	191.920
Razão de Sexo	1,32	1,90

Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

A análise da composição dos estrangeiros segundo os grupos de idade, por sexo, também mostra diferenças significativas entre os registros das duas fontes. Conforme pode ser observado no GRAF. 1, a estrutura etária dos estrangeiros registrados pela SINCRE estava fortemente concentrada nas idades adultas, tipicamente ligadas ao mercado de trabalho, sendo ligeiramente

mais envelhecida para os homens. Há uma ausência de crianças e jovens nos registros da SINCRE e uma participação maior de idosos em relação à população captada pelo Censo. A estrutura etária dos estrangeiros registrada pelo Censo apresenta um aspecto mais próximo de uma pirâmide etária populacional típica, com presença de adultos e crianças, embora haja relativamente poucos jovens com entre 15 e 20 anos de idade. Em suma, a estrutura etária captada pelo Censo aproxima-se daquela que seria apresentada por um tipo de "migração familiar", enquanto os registros da SINCRE aproximam-se de uma "migração individual"

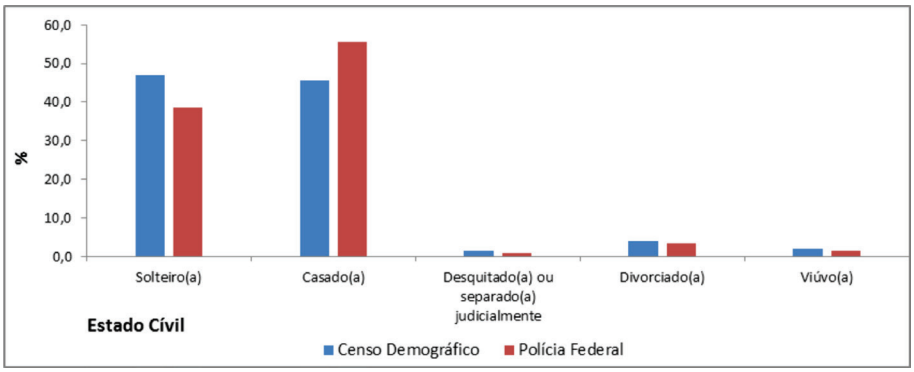
GRÁFICO 1 - Distribuição percentual de estrangeiros, com residência no Brasil, por sexo, e fonte de informação, segundo o grupo de idade - Brasil - 2010



Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

A análise do estado civil, entretanto, indica que o percentual de casados é maior nos registros do SINCRE em comparação com os dados do Censo, embora apenas com base nessa informação não tenhamos como determinar sobre o estado conjugal do estrangeiro - se ele vive ou não em companhia de companheiro -, mas apenas ao seu estado civil, ou seja, sua situação jurídica.

GRÁFICO 2 - Distribuição percentual de estrangeiros, com 20 anos ou mais de idade, e com residência no Brasil, por fonte de informação, segundo o estado civil



Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

Os principais países de nascimento dos estrangeiros, segundo as duas fontes analisadas, estão apresentados na TAB 2. A Bolívia é a principal origem de estrangeiros do País em ambas as fontes, atingindo 20% dos registros do SINCRE e 15% do Censo. Também merecem destaque os naturais da Paraguai, Argentina, Estados Unidos, Peru e Portugal.

Há diferença entre a captação por nascimento entre as fontes. O Censo tem uma captação relativamente superior ao do SINCRE de estrangeiros oriundos dos países que são tradicionais destinos de migração internacional de brasileiros como por exemplo os Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Espanha, além de países vizinhos como Paraguai, Uruguai e Colômbia. Já o SINCRE destaca-se, relativamente ao Censo, no registro de indivíduos nascidos na China, Líbano e Coreia do Sul, além de Itália e Alemanha.

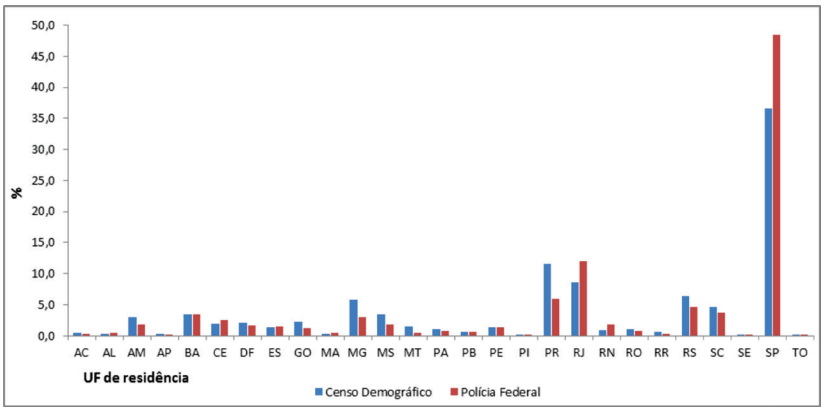
TABELA 2 - Percentual de estrangeiros, com residência no Brasil, por fonte de informação, segundo o país de nascimento - Brasil - 2010

País de nascimento	Censo Demográfico	SINCRE
Alemanha	2,8	3,7
Angola	1,5	1,7
Argentina	**7,6**	**9,9**
Bolívia	**15,9**	**20,2**
Chile	1,8	2,3
China	4,7	**9,7**
Colômbia	3,0	2,5
Coreia do Sul	1,7	2,8
Espanha	3,0	3,0
Estados Unidos	**10,4**	**5,1**
França	3,1	4,0
Itália	3,9	**5,9**
Japão	**5,5**	3,1
Líbano	1,3	2,2
Paraguai	**14,3**	4,6
Peru	**5,2**	**5,6**
Portugal	**6,1**	**6,6**
Reino Unido	1,9	1,6
Uruguai	**5,0**	4,2
Demais países	1,3	1,3
Total	100,0	100,0

Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

A análise do local de residência dos estrangeiros mostra uma concentração mais elevada dos registrados no SINCRE nos principais centros econômicos do País, como São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, os estrangeiros captados pelo Censo residem em maior proporção em estados que são regiões de emigração de brasileiros para o exterior, como Minas Gerais, Paraná e Goiás.

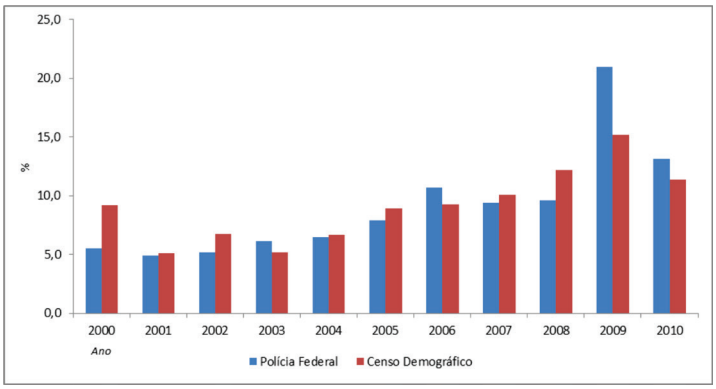
GRAFICO 3 - Distribuição percentual de estrangeiros, com residência no Brasil, por fonte informação, segundo a UF de residência (Censo em 2010 e Polícia Federal em 2014) - Brasil



Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

Por fim, a análise do ano de entrada no País e extremamente semelhante entre as duas fontes, com uma maior concentração dos registrados no SINCRE em 2009, maior ano de entrada/registro de ambas as fontes. Por outro lado, há uma maior concentração dos dados do Censo no ano 2000.

GRAFICO 4 - Distribuição percentual de estrangeiros, com residência no Brasil, por fonte de informação, segundo o ano de entrada no país, de 2000 a 2010 - Brasil – 2010



Fontes: IBGE, 2010, Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2014.

2.4. Comentários

O uso das informações dos registros administrativos constitui uma oportunidade única de aprofundar no conhecimento da realidade migratória atual do Brasil. Este trabalho procurou, de forma inédita, fazer uma comparação entre os dados do SINCRE e do Censo Demográfico 2010 referentes à década de 2000.

As análises realizadas demonstram que, embora o contingente de estrangeiros registrados pelas duas fontes aproxime-se numericamente, referem-se a indivíduos diferentes. Enquanto os estrangeiros captados pelo Censo apresentam uma estrutura tipicamente "familiar", composta por adultos e crianças, com uma proporção relativamente equilibrada entre homens e mulheres, os dados do SINCRE referem-se a indivíduos adultos, com predominância de homens, residentes nas principais regiões econômicas do País. Por outro lado, a distribuição espacial dos estrangeiros captados pelo Censo é mais diluída no território, principalmente entre unidades da federação que são regiões de origem de brasileiros que migram para o exterior. Nesse sentido, vê-se também que no Censo há uma maior concentração de estrangeiros oriundos de países que são tradicionais destinos de emigração de brasileiros do que nos dados do SINCRE.

Com base no exposto, percebe-se que as fontes de dados analisados acabam apresentando resultados característicos de seus propósitos e formas de registro de estrangeiros.

O Censo Demográfico, por ser uma pesquisa de base domiciliar, que exigir que sejam cumpridos critérios estritos de residência no País para que os indivíduos sejam enumerados, gera bons registros de população com condição de residência definitiva, de caráter tipicamente familiar. Contudo, o Censo não registra indivíduos que ainda não se estabeleceram definitivamente no País e também é possível que não apresente uma cobertura completa de trabalhadores estrangeiros que aqui vivem sós, principalmente nos grandes centros, pela dificuldade de realização de entrevista com esses indivíduos.

Por outro lado, os dados do SINCRE concentram-se fortemente entre os migrantes laborais, mesmo entre aqueles com condição indefinida

de permanência no País, embora não registrem estrangeiros que não buscam o sistema para a realização do registro, como crianças e migrantes indocumentados.

A confrontação dos dados das duas fontes, além de propiciar um maior entendimento das especificidades de cada uma delas, ajuda a conhecer melhor o perfil dos estrangeiros que vivem no país. Pode-se afirmar que dois perfis de imigrantes dirigiram-se para o Brasil na última década: um, tipicamente de migração laboral, dirigido para os grandes centros, oriundo de países próximos ou com os quais os Brasil apresenta relações internacionais significativas; outro, de caráter familiar, ligado ao intenso retorno de brasileiros verificado na última década.

Estudos futuros que busquem compatibilizar os dados de diferentes fontes de informação podem mostram até que ponto elas são complementares e para quais tipos de indivíduos elas coincidem. Ademais, apenas após esse tipo de análise é possível estimar a magnitude do estoque de estrangeiros residentes no País com maior precisão, além de tentar estimar os fluxos migratórios internacionais por período. Contudo, a diferença de perfis captados por cada uma das fontes aqui analisadas indica que o total de estrangeiros que para cá se dirigiram na última década deve superar com folga o número 200 mil pessoas.

Referências

CANTO, Marjolaine. Migração laboral no Brasil: desafios para construção de políticas. Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra. Brasília. 2014. Mimeo.

CELADE. Taller sobre el fortalecimento de las capacidades nacionales para la gestión de la migración internacional: nuevas tendencias, nuevos asuntos, nuevos enfoques de cara al futuro. Serie Seminários y Conferências. Nº 62. Santiago do Chile. 2011.

FREIRE, Flávio H. e SAWYER, Diana. Avaliação dos dados da Fundação Nacional de Saúde para estimativas populacionais de pequenas áreas, no norte do Mato Grosso. X Encontro da ABEP. Caxambú. pp. 5 -30. 1996.

FREITAS, Nilton B.B. Características da migração internacional no Brasil e os novos desafios do Conselho Nacional de Imigração. Monografia apresentada no VIII Curso de Especialização em Relações Internacionais. UNB. Brasília – 2007. Mimeo.

FERREIRA, C. E. Utilisation de sources non-traditionelles a des fins d'estimation
démographique. In: IUSSP. *International Population Conference.* Montreal, August 24 - September 1. Liège: IUSSP, v. 3, p. 205-210, 1993.

GCIM- As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação- Relatório Final da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Caluste Gulbenkian. Lisboa. 2005.

GONZÁLES, Leandro. Adjusting small populations projections by symptomatic variables, Colon department (Argentina). 2007-16. XXIV IUSSP – International population conference. Salvador. 2001.

HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. ABEP, Belo Horizonte, 1996.

ICMPD. Data needs from policy perspective: the case of the European Union. EROSTAT Seminar on Migration Statistics . Work paper nº 2. Genebra. 2005

ICMPD Traning manual. EU standards for statatistics on migration, asylum and visa. Viena. 2010.

ICMPD Yaerbook on illegal migration, human smuggling and trafficking in central and eastern Europe. Viena 2013.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sociais no Brasil. Editora Alínea. Campinas, 2001.

JARDIN, Maria de Lourdes. Utilização de variáveis sintomáticas para estimar a distribuição espacial de populações, aplicação aos municípios do Rio Grande do Sul. VIII Encontro da ABEP. Caxambú. pp. 39-50. 1992.

MJ – Ministério da Justiça e Cidadania. Caderno de propostas – Comigrar. Brasília. 2014. (disponível http://www.participa.br/comigrar/migracoteca/imagens/2014-05-22-comigrar-caderno-de-proposta-envio.pdf#.VIBvd5BTuUk, acesso 20/11/2014).

OIM - Organização Internacional para as Migrações. Relatório final do colóquio sobre direitos humanos na política migratória brasileira. Brasília. 2013. Mimeo.

ONU. Recommendations on statistics of international migration. Revision1 ST/ESA/STAT/SER.N/581.REV1. New York. 1998

ONU. Compendium of social statistics and indicators. International Migration Statistics in ESCWA Region New York. 2009.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. Documento final da 1º conferência municipal de políticas para imigrantes de São Paulo. São Paulo, 2013. Mimeo.

POULAIN, Michel e HERM, Anne. Population stocks relevant to international migration. EROSTAT Seminar on Migration Statistics . Work paper nº 11. Genebra. 2005.
http://ec.europa.eu/migrant-integration/index.cfm?action=furl.go&go=/librarydoc/prominstat-working-paper-no-11---population-stocks-relevant-to-international-migration

POULAIN, Michel. The registration of population with usual residence: the results from the THESIM EU research project. Work paper nº 6 UCL. Louvain-

la-Neuve. 2005
http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/2005/03/migration/wp.6.e.pdf

ANEXOS

Anexo A.1 - Total de estrangeiros, por período de entrada no Brasil, e por sexo, segundo grupos de idade em 2010 – Brasil

Grupo de idade	Chegada anterior a 1995		Chegada entre 1995 e 2004		Chegada entre 2005 e 2010	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
DE 0 A 4 ANOS	0	0	0	0	8.013	7.731
DE 5 A 9 ANOS	0	0	2.683	2.215	7.346	6.517
DE 10 A 14 ANOS	0	0	6.077	5.511	4.143	3.998
DE 15 A 19 ANOS	996	984	5.361	5.161	4.421	4.204
DE 20 A 24 ANOS	1.914	1.694	3.539	3.793	7.370	7.248
DE 25 A 29 ANOS	2.626	2.789	4.386	4.849	7.901	7.603
DE 30 A 34 ANOS	4.119	4.160	5.549	4.650	7.078	4.546
DE 35 A 39 ANOS	6.007	6.050	6.310	4.063	6.339	2.863
DE 40 A 44 ANOS	8.088	6.926	5.612	3.080	4.576	2.275
DE 45 A 49 ANOS	10.806	7.285	4.944	2.231	3.975	1.636
DE 50 A 54 ANOS	14.334	11.755	3.539	1.524	2.468	1.078
DE 55 A 59 ANOS	20.399	18.248	2.221	844	1.859	557
DE 60 A 64 ANOS	26.303	21.831	1.612	567	1.622	700
DE 65 A 69 ANOS	23.694	18.848	1.173	321	1.168	493
DE 70 A 74 ANOS	24.466	19.264	739	291	418	247
DE 75 A 79 ANOS	23.709	20.812	276	213	185	232
80 ANOS OU MAIS	29.050	40.037	279	353	174	416

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.2 - Total de estrangeiros, por ano de chegada no Brasil, segundo Unidade da Federação (UF) de residência - Brasil – 2010

Unidade da federação (UF) de residência	Chegada anterior a 1995	Chegada entre 1995 e 2004	Chegada entre 2005 e 2010
Acre	611	326	573
Alagoas	345	306	430
Amapá	373	284	321
Amazonas	3.369	2.652	3.754
Bahia	6.172	3.028	4.024
Ceará	1.997	1.609	2.316
Distrito Federal	3.973	1.688	2.913
Espírito Santo	2.526	1.123	1.771
Goiás	3.692	1.424	3.151
Maranhão	756	258	525
Mato Grosso	2.915	1.546	1.483
Mato Grosso do Sul	7.272	3.638	3.768
Minas Gerais	12.270	4.701	7.702
Pará	3.041	974	1.273
Paraiba	562	549	688
Paraná	25.323	12.017	13.073
Pernambuco	3.168	1.261	1.525
Piauí	214	66	200
Rio de Janeiro	78.153	7.460	11.196
Rio Grande do Norte	906	905	1.009
Rio Grande do Sul	20.307	6.755	7.190
Rondônia	2.437	1.040	1.211
Roraima	1.281	742	695
Santa Catarina	7.787	4.558	5.272
São Paulo	187.156	34.703	44.935
Sergipe	258	181	141
Tocantins	330	172	261
			592.560

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.3 - Total de estrangeiros, segundo década de chegada no Brasil, de 1911 a 2010 – Brasil

Década de chegada no Brasil	Estrangeiros
1911 - 1920	998
1921 - 1930	13.520
1931 - 1940	22.852
1941 - 1950	35.301
1951 - 1960	134.557
1961 - 1970	53.515
1971 - 1980	60.514
1981 - 1990	41.449
1991 - 2000	65.390
2001 - 2010	164.414

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.4 - Total de Estrangeiros, por situação de domicílio, segundo ano de chegada no Brasil - Brasil – 2010

Ano de chegada no Brasil	Urbana	Rural
Chegada anterior a 1995	365.264	11.904
Chegada entre 1995 e 2004	88.550	5.403
Chegada entre 2005 e 2010	113.790	7.632

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.5 - Total de estrangeiros, por ano de chegada, segundo a condição de ocupação do domicílio - Brasil – 2010

Condição de domicílio	Chegada anterior a 1995	Chegada entre 1995 e 2004	Chegada entre 2005 e 2010
Alugado	45.629	38.569	62.602
Cedido de outra forma	11.464	3.595	4.965
Cedido por empregador	2.461	2.012	4.683
Próprio (ainda pagando)	11.802	5.380	4.158
Próprio (já pago)	300.555	42.934	40.691
Outra condição	1.291	429	580
Não aplicável	3.966	1.034	3.743
			121.422

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.6 - Total de estrangeiros, por ano de chegada no Brasil, segundo o número de moradores do domicílio - Brasil – 2010

Número de moradores por domicílio	Chegada anterior a 1995	Chegada entre 1995 e 2004	Chegada entre 2005 e 2010
1 morador	51.391	4.815	8.508
2 moradores	123.647	13.918	20.529
3 moradores	84.814	19.052	24.802
4 moradores	62.330	22.333	26.858
5 moradores	31.046	15.940	18.429
6 moradores	13.025	8.137	9.290
7 moradores	5.968	4.165	5.309
8 moradores	2.810	2.779	3.462
9 moradores	904	767	1.175
10 moradores	353	1.053	1.297
11 ou mais moradores	880	994	1.763

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.7 - Total de estrangeiros, com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o ano de chegada no Brasil - Brasil - 2010

Ano de chegada no Brasil	Economicamente ativas	Não economicamente ativas
Chegada anterior a 1995	165.635	209.568
Chegada entre 1995 e 2004	51.162	15.783
Chegada entre 2005 e 2010	48.676	26.364

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.8 - Total de estrangeiros economicamente ativos, com 10 anos ou mais de idade, por condição de ocupação, segundo o ano de chegada no Brasil - Brasil – 2010

Ano de chegada no Brasil	Ocupadas	Desocupadas
Chegada anterior a 1995	161.502	4.133
Chegada entre 1995 e 2004	49.459	1.703
Chegada entre 2005 e 2010	46.149	2.527

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.9 - Total de estrangeiros, com 10 anos ou mais de idade, por ano de chegada no Brasil, segundo faixa domiciliar per capta - Brasil – 2010

Rendimento domiciliar per capta (em R$)	Chegada anterior a 1995	Chegada entre 1995 e 2004	Chegada entre 2005 e 2010
Sem rendimento	57.115	13.826	23.620
Até 255,00	5.120	1.664	1.438
Mais de 255,00 a 510,00	57.216	8.045	8.662
Mais de 510,00 a 1.020,00	64.769	14.593	14.698
Mais de 1.020,00 a 1.530,00	42.382	5.928	5.749
Mais de 1.530,00 a 2.550,00	50.220	6.822	6.431
Mais de 2.550,00 a 5.100,00	51.663	7.896	6.164
Mais de 5.100,00 a 10.200,00	28.639	4.661	4.572
Mais de 10.200,00	18.079	3.510	3.706

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.10 - Total de estrangeiros, por fonte de informação, e por sexo, segundo grupo de idade – Brasil

%	CENSO TOTAL		SINCRE PERMANENTES		SINCRE FRONTEIRIÇOS		SINCRE TEMPORÁRIOS		SINCRE PROVISÓRIOS	
GRUPO DE IDADE	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
DE 0 A 4 ANOS	8.009	7.729	467	431	0	0	1.172	1.046	3	3
DE 5 A 9 ANOS	10.029	8.729	1.374	1.391	0	0	2.701	2.704	0	0
DE 10 A 14 ANOS	8.469	8.120	2.148	2.032	0	0	3.541	3.284	82	79
DE 15 A 19 ANOS	7.129	6.984	4.623	4.451	29	33	3.181	3.068	163	174
DE 20 A 24 ANOS	9.752	9.784	15.873	13.277	417	318	6.749	5.792	2.570	2.368
DE 25 A 29 ANOS	10.958	10.996	19.951	13.370	56	50	18.856	12.007	1.984	1.445
DE 30 A 34 ANOS	10.752	7.532	7.534	4.405	0	1	30.252	17.411	163	101
DE 35 A 39 ANOS	9.886	5.352	12.426	5.771	0	0	22.683	11.097	234	112
DE 40 A 44 ANOS	7.944	3.968	14.679	5.874	0	0	15.748	6.314	620	207
DE 45 A 49 ANOS	6.763	2.871	13.841	4.611	658	259	9.950	3.203	1.771	509
DE 50 A 54 ANOS	4.265	1.776	12.773	3.865	0	0	7.058	1.874	399	138
DE 55 A 59 ANOS	3.237	1.050	9.116	2.716	0	0	5.227	1.474	793	285
DE 60 A 64 ANOS	2.503	1.093	4.933	1.510	33	27	5.961	1.918	379	129
DE 65 A 69 ANOS	1.821	678	3.606	1.235	1.446	487	1.384	464	80	19
DE 70 A 74 ANOS	898	362	1.377	564	731	344	1.214	508	98	32
DE 75 A 79 ANOS	359	362	690	421	7	2	885	514	13	6
80 ANOS OU MAIS	328	630	316	269	4	5	481	476	24	25

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

Anexo A.11 - Total de estrangeiros, por fonte de informação, segundo ano de chegada no Brasil, de 2000 a 2010 - Brasil

ANO DE CHEGADA	CENSO TOTAL	SINCRE TOTAL	SINCRE PERMANENTES	SINCRE FRONTEIRIÇOS	SINCRE PROVISÓRIOS E TEMPORÁRIOS
2000	16.702	23.337	10.677	204	12.456
2001	9.223	20.819	8.229	255	12.335
2002	12.274	21.882	9.493	174	12.215
2003	9.397	25.838	12.710	137	12.991
2004	12.123	27.415	12.224	548	14.643
2005	16.130	33.421	16.043	598	16.780
2006	16.795	45.223	24.425	665	20.133
2007	18.219	39.802	18.040	535	21.227
2008	22.096	40.397	15.186	455	24.756
2009	27.529	88.439	44.554	645	43.240
2010	20.628	55.461	20.341	691	34.429

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em:

http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

Anexo A.12 - Total de estrangeiros residentes no Brasil, por fonte de informação (Censo em 2010 e SINCRE em 2014), segundo a Unidade da Federação (UF) de residência - Brasil

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)	SINCRE (PERMANENTES)	CENSO
RO	1.433	1.871
AC	617	769
AM	3.565	5.283
RR	564	1.022
PA	1.426	1.865
AP	289	562
TO	262	404
MA	788	651
PI	245	254
CE	4.934	3.555
RN	3.456	1.719
PB	1.153	1.093
PE	2.582	2.441
AL	1.010	609
SE	445	314
BA	6.708	6.102
MG	5.821	10.614
ES	2.799	2.569
RJ	23.205	15.667
SP	93.068	66.223
PR	11.453	20.894
SC	7.176	8.419
RS	8.960	11.560
MS	3.476	6.142
MT	996	2.613
GO	2.376	4.066
DF	3.104	3.830

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

Anexo A.13 - Total de estrangeiros residentes no Brasil, por fonte de informação (Censo em 2010 e SINCRE em 2014) , segundo os principais municípios de residência - Brasil

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	SINCRE (PERMANENTES)	CENSO
SÃO PAULO	69.287	42.244
RIO DE JANEIRO	17.084	10.816
CURITIBA	4.456	4.149
FOZ DO IGUAÇU	3.362	4.315
FORTALEZA	3.172	2.322
BRASÍLIA	3.104	3.830
FLORIANÓPOLIS	2.722	2.281
SALVADOR	2.705	2.288
CAMPINAS	2.529	2.243
BELO HORIZONTE	2.482	3.531
PORTO ALEGRE	2.392	2.369
MANAUS	2.319	2.043
NATAL	2.068	1.010
GUARULHOS	1.949	2.868
RECIFE	1.325	1.280
BARUERI	1.287	495
GOIÂNIA	1.141	1.454
PORTO SEGURO	1.058	603
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1.031	374
VITÓRIA	1.002	579

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

Anexo A.14 - Total de estrangeiros, registrados pela SINCRE, segundo o país de nascimento - Brasil - 2014

PAÍS DE NASCIMENTO	TOTAL
Bolívia	32.751
Argentina	16.125
China	15.804
Portugal	10.619
Itália	9.560
Peru	9.147
Estados Unidos	8.299
Paraguai	7.422
Uruguai	6.812
França	6.499
Alemanha	6.034
Japão	5.055
Espanha	4.821
Coreia do Sul	4.463
Colômbia	4.088
Chile	3.645
Líbano	3.595
Angola	2.686
Inglaterra	2.634
Suiça	2.141
	162.200

Fonte: SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

Anexo A.15 - Total de estrangeiros, registrados pelo Censo 2010, segundo o país de nascimento - Brasil - 2010

PAÍS DE NASCIMENTO	TOTAL
Bolívia	25.051
Paraguai	22.453
Estados Unidos	16.315
Argentina	11.981
Portugal	9.660
Japão	8.603
Peru	8.122
Uruguai	7.900
China	7.364
Itália	6.162
França	4.882
Espanha	4.773
Colômbia	4.737
Alemanha	4.407
Reino Unido	2.949
Chile	2.838
Coreia do Sul	2.673
Angola	2.399
Líbano	1.999
México	1.962
	157.230

Fonte: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br.

Anexo A.16 – Total de estrangeiros com residência no Brasil, por fonte de informação, e por sexo, segundo o estado civil

ESTADO CIVIL	CENSO 2010		SINCRE (PERMANENTES)	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Solteiro(a)	32.362	21.955	39.951	24.796
Casado(a)	32.139	20.811	59.461	33.524
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	1.158	631	1.156	328
Divorciado(a)	3.220	1.441	4.177	1.415
Viúvo(a)	581	1.617	819	1.715

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, disponível em: http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ

B - Os registros do Sistema de Tráfego Internacional – STI uma abordagem preliminar

Duval Fernandes – PPGG - PUC Minas
Rosana Baeninger – IFCH/NEPO-UNICAMP
Marden Campos – Socilogia – UFMG
Renato Moreira Hadad – PPGG- PUC Minas
Roberta Peres – NEPO-UNICAMP
Pier Francesco De Maria – IFCH/NEPO-UNICAMP
Romeu Bonk Mesquita – IRI-USP
Natália Belmonte Demétrio –IFCH/ NEPO/UNICAMP
Cassio Lima – PPGG – PUC Minas

1. Introdução

A utilização de registros administrativos para o estudo da migração internacional é uma tarefa desafiadora que exige cuidado e pereseverança daqueles que buscam realizar as análises com essa fonte de informação.

O texto aqui apresentado é produto de uma experiência inédita na utilização do Sistema de Tráfego Internacional – STI do Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Cidadania, para estudos na área de migração internacional.

A implantação do STI teve início em 2006 em substituição ao Sistema Nacional de Tráfego Internacional – SINTI, que estava em funcionamento desde 1976. Dentre as várias inovações aportadas pelo novo sistema vale destacar a coleta de informações diretamente dos passaportes sem a necessidade de preenchimento manual; a coleta de dados tanto de estrangeiros como de brasileiros, que assim passaram a ter o imediato registro das entradas e saídas; e a possibilidade de consulta "on line" sobre algum impedimento legal relativo ao passageiro.

Em 2012, relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União[13] sobre a situação do controle migratório e aduaneiro nos aeroportos internacionais do Brasil indicou sensível melhora no controle migratório com a implantação do STI, apesar da persistência de alguns problemas relacionados à disponibilidade de equipamentos, ao funcionamento do programa gerenciador do sistema e caência de pessoal. Em termos do volume de controle de documentos, o relatório destaca que na base do SINTI havia, desde 1976, um total, aproximado, de 33,0 milhões de registros e que no STI, ainda em fase de implantação no ano do relatório, estavam registrados 86,0 milhões de registros.

A implementação do sistema não aconteceu simultaneamente em todos os pontos de controle migratório. O processo teve início nos locais de maior movimentação e apartir de avaliações contínuas buscando o aprimoramento dos processos de coleta, melhorias no aplicativo e equipamentos utilizados, o STI foi implantado nos demais postos de controle.

O extrato de arquivo que foi disponibilizado pela Coordenação Geral de Polícia de Imigração, do Ministério da Justiça e Cidadania, continha 133,1 milhões de registros, sendo 73,5 milhões de brasileiros e 59,6 milhões de estrangeiros, cobrindo o período de 2010 a 2015. Para cada registro, isso é individuo, foram fornecidas 11 informações ou variáveis que permitiram desenvolver as análises preliminares apresentadas nesse texto.

O processo de depuração dos dados é descrito a seguir e indica as principais dificuldades encontradas para a transformação das informações recebidas em arquivos que pudessem ser manipulados em aplicativos estatísticos ou mesmo em planilhas de Excel.

São apresentadas também duas análises com os dados da base do STI, uma tratando das entradas e saídas de brasileiros e outra avaliando a utilização da informação para análises da migração fronteiriça.

2. Descrição do processo de preparação da base disponibilizada

O problema inicial que se colocava era a possibilidade de acesso aos dados, pois o formato no qual as informações foram disponibilizadas não era

[13] Relatório de Auditoria Operacional Tribunal de Contas da União. (http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9287963E6B61) acesso 10 julho 2016.

compatível com os programas tradicionais para o tratamento análise de dados, como por exemplo: Excel[14], SPSS[15],SAS[16], Strata[17], e R[18].

Além de se obter o formato adequado, havia também nessa fase, os seguintes objetivos: importar os dados para o gerenciador de bases de dados PostgreSQL[19] e executar uma pesquisa exploradora nos dados.

O PostgreSQL foi selecionado, pois além de ser um programa *open source*, gratuito e com considerável participação no mercado de *Data Base Management System* (DMBS), possui performance e recursos adequados para a dimensão dos dados[20].

Fase I – preparação e importação dos dados

Os dados disponibilizados passaram pelos seguintes processos:

1. Conversão da codificação utf16 para utf 8;

2. Criação da tabela movimento no PostgreSQL, com os seguintes campos:

a. pais_nacionalidade	país de nascimento;
b. data_nascimento	data de nascimento;
c. sexo	sexo;
d. ds_tipodocviagem	tipo de documento de viagem;
e. tipo_movimento	tipo de movimento - entrada ou saída;
f. classificacao	tipo de visto;
g. especificacao	especificação do amparo legal para a concessão do visto;
h. data_movimento	data do movimento;

[14] https://products.office.com/pt-br/home
[15] http://www-01.ibm.com/software/br/analytics/spss
[16] http://www.sas.com
[17] http://www.stata.com
[18] https://www.r-project.org/
[19] https://www.postgresql.org
[20] http://www.zdnet.com/article/as-dbms-wars-continue-postgresql-shows-most-momentum

i. local_de_migracao posto de entrada ou saída do Brasil;
j. uf_local_migracao UF do posto de controle;
k. ds_municipio município do posto de controle.

3. Importação dos dados, processados no passo 1, para a tabela movimento:

4. Melhoria na qualidade dos dados:
a. Acerto do formato dos dados (tipo e tamanho dos campos);
b. Remoção dos espaços antes e depois dos dados;
c. Substituição de dois espaços para um.

5. Exportar a tabela movimento para arquivo no formato txt, acessível aos programas estatísticos.

Fase II – Análise exploratória dos dados

Os valores dos campos da tabela movimento, foram listados e contados. Desta forma é possível visualizar todos os valores que são assumidos em cada um dos campos.

Foi criada uma planilha com os resultados dessa consulta. O quadro a seguir descreve esta planilha.

Quadro 1 – Descrição da planilha

Nome	Descrição	Aba
pais_nacionalidade	Pais de nascimento	v_pais_nacionalidade
data_nascimento	Data de nascimento	v_data_nascimento
sexo	sexo	v_sexo
ds_tipodocviagem	tipo de documento de viagem	v_ds_tipodocviagem
tipo_movimento	Movimento	v_tipo_movimento
classificacao	Classificação	v_classificacao

especificacao	Especificação do amparo legal para a concessão do visto	v_especificacao
data_movimento	Data do movimento	v_data_movimento
local_de_migracao	Local do posto de entrada ou saída	v_local_de_migracao
uf_local_migracao	UF do local do posto	v_uf_local_migracao
ds_municipio	Município do posto	v_ds_municipio

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Elaborado por Renato Hadad

Ao conjunto foi ainda agregada uma nova variável, idade ao momento do movimento, derivada da combinação entre as variáveis data de nascimento e data do movimento.

Resumos dos dados

Como primeiros resultados e no sentido de contribuir nas análises foram criadas planilhas com resumos das informações para toda a base. Tais planilhas mostram de forma sintética o conjunto de informações e através de utilização de procedimentos de Excell, como filtros, é possível definir quantitativos de maneira simplificada. Foram calculados os seguintes resumos, e inseridos em uma planilha:

a. resumo_paises, resumo por nacionalidade;
b. resumo_nascimento_es, resumo por data de nascimento;
c. resumo_idade_es, resumo por idade;

Em continuidade à segunda fase, está em andamento o processo de pareamentos de dados dentro da base do STI que permitirão fazer o exercício de estimativa do número de brasileiros no exterior. No caso dos estrangeiros busca-se avaliar a permanência irregular no Brasil e as possibilidades de se utilizar as informações do Sincre[21] nesse processo.

[21] Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros - Sincre

3. A base STI e a entrada e saída de brasileiros: uma avaliação preliminar

Os estudos populacionais são fundamentais para a formulação de diversas políticas sociais no Brasil, como nas áreas de educação, saúde, previdência social e para a repartição de recursos entre entes federativos, por exemplo. Para todos os tipos de políticas de base populacional, é imprescindível que se conheçam os níveis de fecundidade, natalidade, mortalidade e migração. Contudo, ainda hoje não se sabe quantas pessoas morrem, nascem e qual a direção (negativa ou positiva) da migração internacional no Brasil. Por isso, é urgente o aprofundamento de em estudos que nos deem a real dimensão desses fenômenos.

Em relação à migração internacional, as afirmações sobre a direção do saldo migratório muitas vezes têm sido fruto mais de impressões e percepções do senso comum do que de evidências numéricas. Isso se deve a natureza da dinâmica da mobilidade internacional de população, fortemente relacionada a aspectos conjunturais e, por isso, em constante transformação. Além disso, as ambiguidades do conceito de migrante e não-migrante, e questões ligadas a emissão de vistos, documentos e à legalização da condição de residência influem diretamente na capacidade de se produzir informações sobre o fenômeno.

Ao longo do tempo os estudiosos da mortalidade e fecundidade têm investido cada vez mais no uso de registros administrativos para estimar o número de eventos ocorridos. Nos últimos anos o mesmo caminho começa a ser seguido pelos estudiosos da migração. Contudo, ainda há uma carência em termos de estratégias metodológicas capazes de dar conta da amplitude das informações dos registros administrativos em termos de análises demográficas, além de incerteza sobre a continuidade da disponibilização dessas informações.

Por isso, não se sabe se atualmente o Brasil perde ou ganha população via migração, assim como não conhecemos a totalidade dos indivíduos que entram e saem do País.

Embora o termo "migrante" seja muitas vezes associado à ideia de "estrangeiro", ou seja, aos indivíduos nascidos no exterior, em termos demográficos, os ganhos ou perdas populacionais devem incluir, na

contabilização nos fluxos migratórios, também os brasileiros que entram e saem do País. Nesse sentido, o brasileiro que residiu por algum período em um país estrangeiro e que tenha retornado ao Brasil deve, para efeitos de mensuração dos fluxos migratório internacionais, ser considerado como migrante.

A partir dos dados dos últimos censos podemos inclusive afirmar que a maior parte dos migrantes que cruzam as fronteiras do Brasil é composta por naturais do País. Do total de 268 mil imigrantes internacionais registrados no Censo 2010, 174 mil indivíduos nasceram no Brasil. Isto significa que 65,1% dos migrantes do período são imigrantes internacionais de retorno. No Censo 2000 foram registrados 143 mil imigrantes internacionais, sendo que 87 mil eram imigrantes de retorno, representado 61,2% dos imigrantes do período.

Como sabemos os censos geram bons registros de população com condição de residência definitiva. Nesse sentido, os imigrantes captados por essa fonte apresentam uma estrutura tipicamente "familiar", composta por adultos e crianças, com uma proporção relativamente equilibrada entre homens e mulheres, que têm como origem os países para onde os brasileiros geralmente migram.

Para conhecermos a amplitude da mobilidade internacional no Brasil é preciso lançar mão de outras bases de dados que permitam, além daqueles com condição de residência definitiva, conhecer as características e a dimensão dos indivíduos que aqui se encontram temporariamente ou que ainda não se estabeleceram de forma definitiva, assim como os migrantes temporários, os migrantes de passagem e aqueles que entram e saem do País de forma sazonal.

As informações do STI, cuja abrangência a periodicidade é a maior que se tem notícia, talvez sejam a fonte de dados mais completa para analisar o fenômeno.

A próxima seção traz uma primeira aproximação dos dados referentes aos brasileiros que entraram e saíram do Brasil, entre 2010 e 2015, segundo o STI.

Resultados

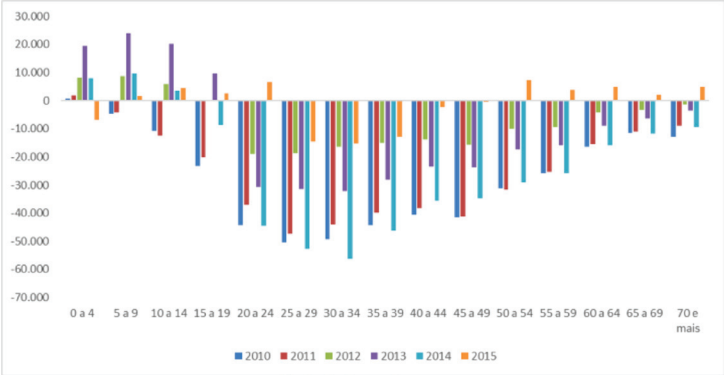
Tabela 1 - Entradas, saídas e diferença ("saldo') de brasileiros, segundo o ano Brasil

Tipo do movimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Entradas	5.248.142	6.328.157	6.012.737	6.034.729	6.453.470	5.983.947
Saída	5.653.867	6.702.557	6.116.944	6.182.220	6.802.364	5.997.795
Diferença (saldo)	-405.725	-374.400	-104.207	-147.491	-348.894	-13.848

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Elaborado por Marden Campos

Para todos os anos pode-se perceber que a diferença entre entradas e saídas - o "saldo" da mobilidade internacional - foi negativa. Isso significa que o Brasil tem perdido naturais para o resto do mundo. Os maiores saldos negativos foram registrados em 2010, 2011 e 2014. Outro ponto importante a destacar é a dimensão do fenômeno, que ultrapassa os 10 milhões de cruzamentos dos postos de fronteira, terrestres ou não, a cada ano, chegando a 13,2 milhões em 2013.

Gráfico 1 "Saldo migratório" (entradas - saídas) de brasileiros, por idade e ano.



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Elaborado por Marden Campos

A análise dos fluxos por idade nos mostra que este é positivo, para quase todos os períodos, até os 19 anos de idade, e negativo nas outras idades. Os principais grupos etários em termos de perdas de população natural são entre os 20 e 59 anos de idade. Essas são as idades em que, geralmente, se observa o maior volume de deslocamentos populacionais, devido ao mercado de trabalho, à complementação da formação educacional e ao casamento. Contudo, entre os idosos também se observa um saldo negativo da mobilidade internacional. Nos dois primeiros anos do período, 2010 e 2011, o saldo era negativo inclusive entre os mais jovens, a partir dos 5 anos de idade.

Tabela 2 Razão de sexo dos fluxos populacionais, por idade, segundo o ano

Idade	SAÍDAS						ENTRADAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
0 a 4	1,007	1,011	1,007	0,998	0,996	1,004	1,011	1,010	1,009	1,007	0,998	1,003
5 a 9	1,000	1,002	1,009	0,993	0,980	0,989	0,999	1,010	1,006	0,992	0,989	0,990
10 a 14	0,942	0,947	0,926	0,922	0,918	0,919	0,947	0,948	0,945	0,935	0,931	0,934
15 a 19	0,881	0,853	0,834	0,829	0,825	0,835	0,860	0,844	0,825	0,818	0,817	0,816
20 a 24	0,926	0,886	0,833	0,834	0,830	0,817	0,904	0,901	0,837	0,830	0,818	0,813
25 a 29	0,940	0,939	0,874	0,862	0,864	0,863	0,934	0,950	0,880	0,864	0,863	0,854
30 a 34	1,070	1,067	0,994	0,973	0,976	0,989	1,070	1,079	1,004	0,974	0,974	0,980
35 a 39	1,223	1,201	1,101	1,078	1,065	1,071	1,238	1,235	1,114	1,088	1,070	1,067
40 a 44	1,272	1,249	1,144	1,112	1,091	1,096	1,294	1,282	1,149	1,121	1,090	1,083
45 a 49	1,229	1,200	1,112	1,090	1,072	1,078	1,248	1,225	1,121	1,094	1,073	1,070
50 a 54	1,144	1,122	1,021	0,999	0,990	1,002	1,152	1,126	1,019	0,993	0,983	0,988
55 a 59	1,044	1,033	0,935	0,909	0,899	0,897	1,051	1,039	0,931	0,907	0,890	0,894
60 a 64	0,978	0,962	0,876	0,848	0,844	0,837	0,982	0,965	0,872	0,843	0,834	0,830
65 a 69	0,900	0,898	0,842	0,822	0,819	0,811	0,912	0,899	0,840	0,819	0,812	0,809
70 e mais	0,793	0,804	0,769	0,770	0,768	0,795	0,797	0,806	0,770	0,768	0,761	0,784
Total	**1,060**	**1,046**	**0,974**	**0,957**	**0,949**	**0,954**	**1,063**	**1,060**	**0,978**	**0,957**	**0,947**	**0,946**

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Elaborado por Marden Campos

Além da análise das informações por idade, outro aspecto que desponta dos dados do STI referentes aos brasileiros que passam por um posto de fronteira entre 2010 e 2015 é a relação entre homens e mulheres (razão de sexo), tanto das entradas como das saídas. Pode se perceber, claramente, que há uma feminização dos deslocamentos espaciais internacionais. Entre os 0 e 9 anos de idade, entre 2010 e 2012 havia predominância de homens nas entradas e saídas (exceção para entradas em 2010). A partir de 2013, a

predominância foi de mulheres, com exceção do grupo 0 a 4 aos em 2015. Essa inversão também foi observada entre aqueles com 30 e 34 anos de idade e com entre 50 e 59 anos de idade. Entre os que tinham entre 10 e 29 anos de idade e também os com mais de 60 anos, grupos em que sempre houve mais mulheres entre os que entram e saem do país, houve uma intensificação da participação das mulheres.

4. Utilização da base STI para estudos da mobilidade internacional nas áreas de fronteira: notas preliminares

As migrações internacionais Sul-Sul tomaram proporções inéditas nos novos fluxos internacionais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2008). Dados do Conselho Econômico e Social da ONU, segundo MARINUCCI e MILESI (2008) apontam que, em 2006, 7% das migrações mundiais ocorreram no sentido Norte- permitem sustentar que, no caso da América Latina, a relação entre migrações internacionais e integração regional se dá em três principais aspectos: agenda política pelo desenvolvimento regional (MÁRMORA, 2010; REIS, 2011), complementaridade de mercados laborais num contexto de crise econômica do mundo desenvolvido e confluências culturais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2008; FERNANDES, 2015).

Do ponto de vista da agenda de política externa brasileira no contexto da integração sul-americana, as questões relativas aos movimentos migratórios e aos direitos humanos dos imigrantes podem ser consideradas em si mesmo formas de política externa, pois se inserem no objetivo mais amplo de protagonismo do país no plano internacional, da integração regional e do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, para os quais o tema das migrações tem funcionado como espécie de catalisador (REIS, 2011).

A questão migratória na fronteira se delineia, de um lado, a partir de processos históricos nas fronteiras (PELLEGRINO, 2003; PALAU, 1995; SPRANDEL, 2009) e, de outro lado, pelas possibilidades de acordos bilaterais, multilaterais e integração regional (ALTEMANI; 2006; ONUKI, 2006; CERVO, 2008). REIS (2011) observa que o Brasil vem lidando com a questão dos fluxos migratórios em direção ao seu território de três maneiras: acordos de livre circulação entre o Mercosul, Bolívia e Chile; acordos bilaterais; e

políticas dirigidas às regiões fronteiriças. O aprofundamento das relações bi e multilaterais entre os países sul-americanos, a partir do século XXI, ocasionou a intensificação dos fluxos migratórios destes países não só em direção às fronteiras, mas também aos centros regionais de atração de mão-de-obra como São Paulo e Buenos Aires.

Dentro da agenda política multilateral e da integração regional sul-americana, desta forma, o tema das migrações internacionais tornou-se central em termos políticos, econômicos e sociais (CELADE/CEPAL, 2005), pois a livre circulação de pessoas está intimamente ligada com a intensificação da circulação de bens e capitais promovida pelas políticas de integração (LUPI, 2008). As migrações intra-sul-americanas, fronteiriças ou não, estão estreitamente vinculadas com o processo de integração regional (LUPI, 2008), com a complementaridade de mercados laborais, com confluências culturais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2005) e com a estabilização de uma cadeia migratória por meio de "rede sociais" de imigrantes (TILLY, 1990).

O direito a livre circulação de pessoas é, para alguns teóricos, a representação máxima do processo de integração – caracteriza um dos principais fatores para as integrações políticas, econômicas e culturais (LUPI, 2008; ALMEIDA, 2008). Para REIS (2011), a questão da livre circulação de pessoas integra o ideal de integração regional desde o princípio e é a mais importante dentre as chamadas "políticas de dupla face", ou seja, "aquelas que estão voltadas para uma gestão conjunta da questão da migração, entre país receptor e país emissor, sobretudo quando, como é o caso entre Brasil e Paraguai, existem fluxos em mais de uma direção" (REIS, 2011, p. 55).

É preciso observar que, a despeito de alguns avanços neste sentido, como o acordo de residência entre os países do Mercosul, Bolívia e Chile (Decreto no. 6.975 de 2009), a complexidade dos fenômenos migratórios e as múltiplas dimensões institucionais, econômicas e sociais envolvidas, na prática, engessam a criação de mecanismos mais adaptáveis às condições sempre cambiantes, nas quais situações de crises, como a dos haitianos, são comuns e exigem maleabilidade e rapidez na atuação (SPRANDEL, 2008).

Alguns autores não deixam de notar então, que em face da constante transformação e do aumento significativo da presença dos fenômenos migratórios tanto nas fronteiras quanto nos centros urbanos, a questão

imigratória é insatisfatoriamente debatida no âmbito da integração regional (CEPAL, 2005; MARTES; SPRANDEL, 2008). Mesmo porque a simples adequação dos imigrantes às exigências legais de obtenção de documentos de permanência surte pouco ou nenhum efeito sobre a precariedade das suas condições de vida, principalmente no ambiente de trabalho que se dá à margem dos direitos exclusivos dos nacionais, já que a legislação fundamental sobre o tema, o Estatuto do Estrangeiro, continua intocada (FERNANDES, 2015). São essas condições específicas às quais o imigrante está sujeito que coordenam um imperativo normativo de busca pelo aprofundamento da discussão sobre como ampliar as oportunidades de desenvolvimento não somente econômico, mas também social e humano dentro do processo de integração regional (MARTES; SPRANDEL, 2008; MÁRMORA, 2010; REIS, 2011).

As migrações fronteiriças entre Brasil e América Latina: os postos de controle

A situação da imigração na fronteira brasileira ganhou novos contornos a partir de 2010, com a entrada dos imigrantes haitianos no Brasil. As restrições para esta imigração nos Estados Unidos e Europa, fez com que a migração haitiana se reorientasse para novos países de destinos (FERNANDES, MILESI e FARIAS, 2011). A presença brasileira no Haiti, seja militarmente, coordenando a Missão da ONU para Estabilização da Paz no país (LUCE, 2011; PATARRA, 2012), seja economicamente, através de um sem-número de empreiteiras operando inicialmente a construção de estradas e portos e, após o Terremoto de Janeiro de 2010, a reconstrução do país (SEGUY, 2014) são fatores inseriram o Brasil no rol dos destinos da emigração haitiana, ainda no final do ano de 2010 (MAGALHÃES e BAENINGER, 2014).

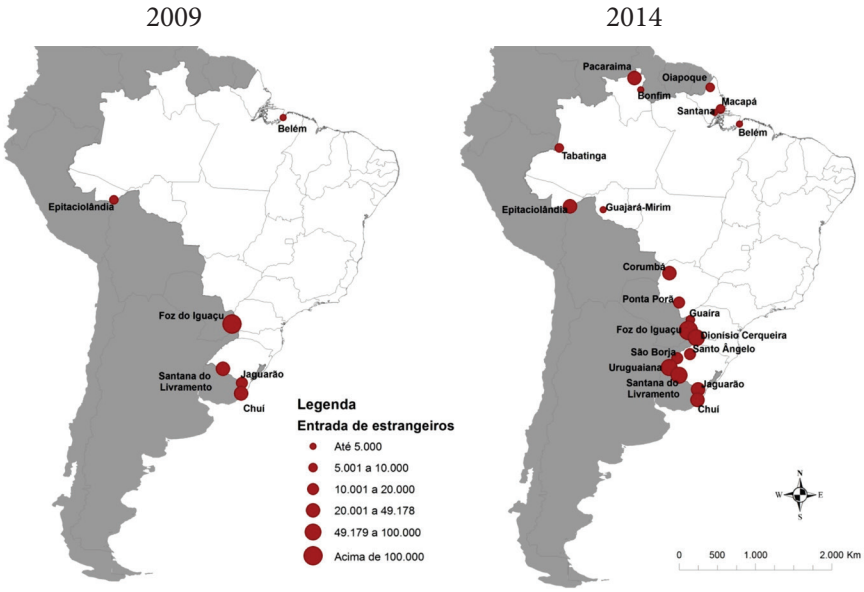
A base do STI disponibilizada captou, em 2009, informações de 12 postos de fronteira terrestre da Polícia Federal, em 2014, a base passou a agregar dados de 29 postos de controle de entrada de estrangeiros, ampliando a coleta ao longo da faixa de fronteira de norte a sul do Brasil (Tabela 3 e Figura 1).

Tabela 3

Localização dos Pontos de Controle por tipo, segundo municípios. Brasil, 2014				
UF	PMT	AER/AERI	PRF	PRM
ACRE	Assis Brasil	Cruzeiro do Sul		
	Cruzeiro do Sul	Rio Branco		
	Epitaciolândia			
	Rio Branco			
ALAGOAS		Maceió		Maceió
AMAZONAS	Tabatinga (2014)	Manaus		
		Tabatinga (2014)	Tabatinga (2014)	
AMAPÁ	Oiapoque (2014)	Macapá (2014)	Macapá (2014)	
			Oiapoque (2014)	
			Santa Helena (2014)	
BAHIA		Salvador		Salvador
		Porto Seguro (2014)		Porto Seguro (2014)
CEARÁ		Fortaleza		Mucuripe
				Pecém
BRASÍLIA		Distrito Federal		
MINAS GERAIS		Confins		
		Pampulha (2014)		
MATO GROSSO DO SUL	Corumbá (2014)	Corumbá	Corumbá (2014)	
	Ponta Porã (2014)	Ponta Porã (2014)		
MATO GROSSO	Cáceres (2014)	Campo Grande (2014)		
PARÁ		Belém	Belém	
			Belém-Vila do Conde	
PERNAMBUCO		Fernando de Noronha		Suape
		Recife		Recife
				Fernando de Noronha (2014)
PARANÁ	Ponte da Amizade-Foz do Iguaçu	Curitiba	Foz do Iguaçu	Paranaguá (2014)
	Ponte Tancredo Neves- Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu		
	Santa Helena	Londrina (2014)		
	Capanema (2014)			
	Guaíra (2014)			
RIO DE JANEIRO				Rio de Janeiro
		Macaé, 2009		São João da Barra (2014)
		Rio de Janeiro		
		Cabo Frio (2014)		
RIO GRANDE DO NORTE		Natal		
		São Gonçalo do Amarante (2014)		Areia Branca
				Natal
RONDONIA	Guajará-Mirim (2014)	Porto Velho (2014)		
	Costa Marques (2014)			
RORAIMA	Bonfim (2014)	Boa Vista (2014)		
	Pacaraima (2014)			
RIO GRANDE DO SUL	Bagé	Pelotas	Jaguarão	Tramandaí
	Chuí	Porto Alegre	Porto Alegre	Rio Grande (2014)
	Jaguarão	Comandante Kraemer (2014)	Mauá (2014)	
	Aceguá (2014)	Santa Maria (2014)	Santo Ângelo (2014)	
	Santana do Livramento (2014)	Quaraí		
	Santana do Livramento (2014)			
	Santo Angelo (2014)			
	São Borja (2014)			
	Uruguaiana (2014)			
SANTA CATARINA	Dionísio Cerqueira	Florianópolis	Florianópolis (2014)	Florianópolis
		Navegantes (2014)		Imbituba
				Itajaí (2014)
				São Francisco do Sul (2014)
SERGIPE				Aracaju (2014)
SÃO PAULO		Campinas		São Sebastião (2014)
		Guarulhos		Santos (2014)
		São Paulo		
TOCANTINS				

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

Figura 1. Postos de Controle na Fronteira Brasileira Inseridos na Base



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Natália Belmonte Demétrio.

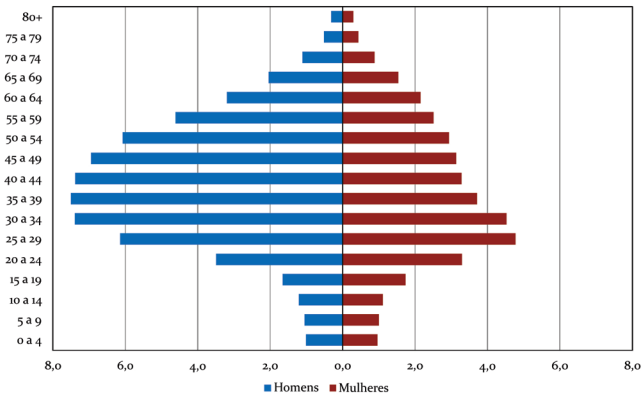
A base disponibilizada contèm informações sobre a movimentação de estrangeiros nas principais fronteiras do Brasil com os países da América Latina, de 2010 a 2015. O volume do movimento de estrangeiros, com vistos temporários, permanentes e provisórios, em especial os temporários pelo acordo de residência dos países integrantes e associados do Mercosul, foi de 1.910.452 entradas de imigrantes internacionais, com a saída de 1.929.181 emigrantes internacionais nas áreas de fronteira.

Considerando a estrutura etária do contingente de estrangeiros entrados no Brasil e nas fronteiras (Gráfico 2), nota-se no caso das fronteiras uma estrutura etária rejuvenescida, com importante presença de jovens entre 0-19 anos de idade. Da mesma forma que para o total do Brasil, a maior presença de imigrantes se encontra nas idades ativas, contudo, para

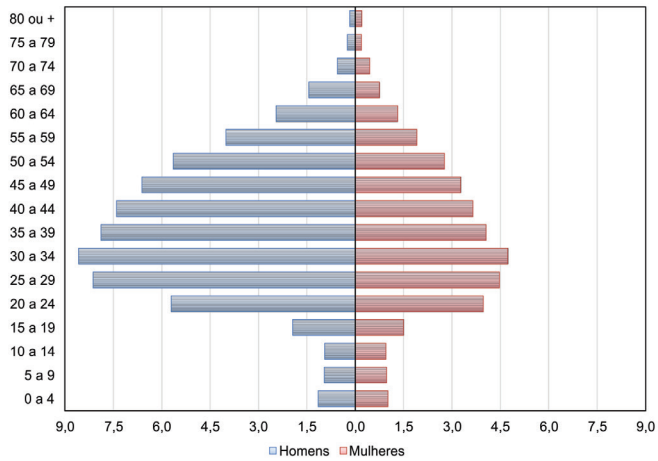
as fronteiras a maior imigração se dá entre 20-35 anos, ao passo que para o conjunto do Brasil há maior concentração entre 30-54 anos. Assim, para a implementação de políticas sociais é preciso considerar que as fronteiras compõem uma população imigrante bastante jovem. Note-se ainda que para o total da presença imigrante no Brasil e na fronteira a participação feminina alcança até as idades adultas mais avançadas.

Gráfico 2. Estrutura por idade e sexo de imigrantes. Brasil e Fronteiras, 2010-2015

Brasil



Fronteira



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria

Há também uma heterogeneidade na composição etária de acordo com os países de nascimento dos imigrantes (Quadro 2 e Tabela 4), refletindo estruturas etárias com mais adultos (acima de 35 anos) para as históricas fronteiras com a Argentina, Uruguai e Paraguai; a presença mais de forte de jovens adultos (acima de 25 anos) com a imigração do também do Paraguai, Chile, Bolívia e Colômbia e; a forte estrutura de jovens (entre 20 a 29 anos) na imigração haitiana.

Quadro 2. Principais grupos etários pelos principais países de nascimento com entrada na fronteira

Principais grupos etários					
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Argentina			XX	XX	
Paraguai		XX	XX		
Uruguai				XX	XX
Chile		XX	XX		
Bolívia		XX	XX		
Haiti	XX	XX			
Colômbia		XX			

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

Tabela 4 - Idade média na entrada e na saída do Brasil, principais grupos etários e sua participação relativa para os 10 países com maior volume total nos postos de fronteira terrestre, Brasil (2010-2015)*

País de origem	Idade média ao movimento		Principais grupos etários	
	Entrada	Saída	Identificação	Participação (%)
Argentina	37,7	37,7	25 a 39	37,1
Paraguai	36,6	35,9	20 a 34	40,4
Bolívia	32,5	31,8	20 a 34	57,3

Uruguai	47,5	47,3	40 a 59	47,1
Haiti	30,0	31,4	20 a 34	71,1
Líbano	39,5	39,6	30 a 44	60,5
China	41,3	42,3	30 a 49	62,7
Peru	38,1	37,0	25 a 39	40,8
Coréia do Sul	42,1	42,8	40 a 54	47,3
Japão	43,8	44,1	35 a 49	35,8
Média	37,4	37,3	25 a 39	37,8

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.
* Nota - Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista. Os movimentos destes 10 países somam 95,5% de todos os casos.

O volume de entradas e saídas por ano no Brasil e nas áreas de Fronteiras (Tabela 5) possibilita apreender que para o total do país houve mais de 30 milhões de entradas e em torno de 29 milhões de saídas de estrangeiros, correspondendo a um saldo migratório positivo de quase 800 mil imigrantes no Brasil entre 2010-2015.

Tabela 5. Entradas e saídas de estrangeiros por ano. Brasil e Fronteiras, 2010-2015

Brasil				
Ano	Entradas	Saídas	Total	Saldo
2010	4.817.284	4.805.064	9.633.225	12.220
2011	5.744.597	5.633.958	11.390.418	110.639
2012	4.989.491	4.869.016	9.868.975	120.475
2013	4.769.244	4.533.916	9.311.532	235.328
2014	5.232.800	5.028.428	10.271.629	204.372
2015	4.594.272	4.481.397	9.083.406	112.875
Total Brasil	**30.147.688**	**29.351.779**	**59.559.185**	795.909

Fronteiras				
2010	577.860	630.883	1.208.743	-53.023
2011	849.746	852.968	1.702.714	-3.222
2012	290.884	289.634	580.518	1.250
2013	56.017	47.960	103.977	8.057
2014	67.383	57.373	124.756	10.010
2015	68.562	50.363	118.925	18.199
Total Fronteiras	**1.910.452**	**1.929.181**	**3.839.633**	**-18.729**
Participação relativa da Fronteira no total (%)				
2010	12,00	13,13	12,55	-433,9
2011	14,79	15,14	14,95	-2,9
2012	5,83	5,95	5,88	1,0
2013	1,17	1,06	1,12	3,4
2014	1,29	1,14	1,21	4,9
2015	1,49	1,12	1,31	16,1
Total Fronteiras	6,34	6,57	6,45	-2,4

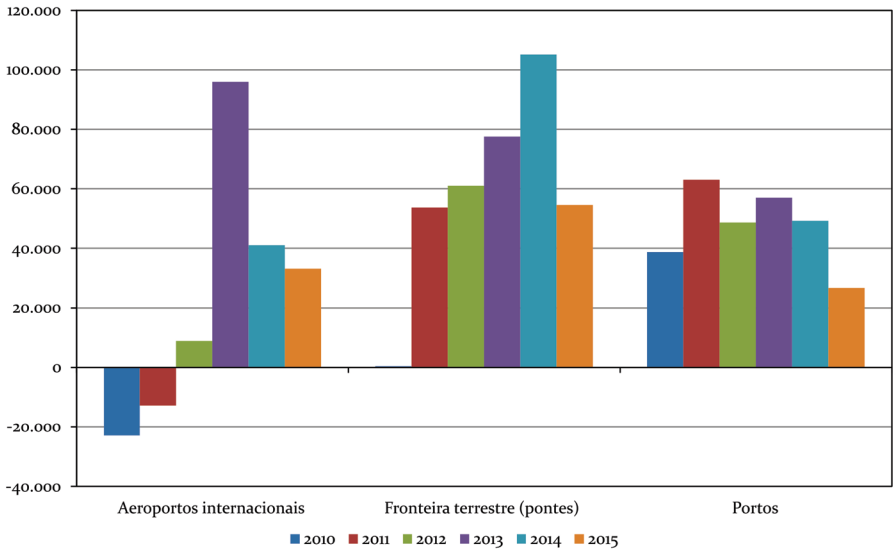
Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.

O movimento de entrada e saída nas fronteiras alcançou quase 4 milhões de pessoas, sendo 1,9 milhão o número de entradas e outro 1,9 milhão de saídas. É de se notar a intensidade da circulação na fronteira, aonde o saldo migratório, chegou a ser negativo em 2010 e 2011 (-53 mil pessoas e -3 mil pessoas, respectivamente), ou seja, haviam saído mais estrangeiros pela fronteira do que entrado. Entretanto, com a chegada da imigração haitiana pela fronteira a partir de 2011, observa-se que o saldo migratório passa a ser positivo em 2012 (1.250 imigrantes), chegando a 18.199 imigrantes em 2015.

O maior dinamismo de entradas na fronteira, em especial em 2015, contribuiu para que a fronteira respondesse por 16% do saldo migratório

internacional do Brasil nesse ano. De fato, considerando os movimentos de entradas e saídas nos aeroportos, portos e fronteiras, nas fronteiras os ganhos migratórios foram maiores, em particular entre 2011-2015 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Saldos Migratórios internacionais segundo postos de controle. Brasil, 2010-2015



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.

Considerando os países de nascimento dos imigrantes e emigrantes internacionais na Fronteira (Tabela 6) é possível observar a intensa entrada e saída de argentinos e paraguaios, sendo que para o Paraguaio se evidencia um elevado saldo negativo (mais de 52 mil pessoas), assim como com a Bolívia, Uruguai, China, Líbano, Peru e Japão. Os ganhos migratórios na Fronteira estiveram bastante concentrado na imigração haitiana, que teve um total de 40.387 imigrantes entrados pela fronteira, sendo que por ela saíram apenas 1.827 haitianos/haitianas.

Tabela 6 - Entradas e saídas, volume e saldo migratório nos postos de fronteira segundo os principais países de nascimento, Brasil (2010-2015)*

País de origem	Tipo de movimento		Volume	Saldo
	Saída	Entrada		
Argentina	995.445	999.111	**1.994.556**	**3.666**
Paraguai	689.327	636.696	**1.326.023**	**-52.631**
Bolívia	55.734	51.355	**107.089**	**-4.379**
Uruguai	35.243	34.312	**69.555**	**-931**
Haiti	1.827	40.387	**42.214**	**38.560**
Líbano	19.757	19.618	**39.375**	**-139**
China	12.976	10.808	**23.784**	**-2.168**
Peru	11.717	10.432	**22.149**	**-1.285**
Coréia do Sul	10.384	10.398	**20.782**	**14**
Japão	10.369	10.043	**20.412**	**-326**
Outros	86.402	87.293	**173.695**	**891**
Total	**1.929.181**	**1.910.453**	**3.839.634**	**-18.728**

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.

* Nota - Foram excluídos todos os casos nos quais o tipo de movimento não foi identificado. Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista.

Os principais postos de controle de entradas e saídas de estrangeiros foram: Ponte Tancredo Neves, Ponte da Amizade (ambas em Foz do Iguaçú) Corumbá, Chuí, Epitaciolândia, Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão, Dionísio Cerqueira, Assis Brasil (Tabela 7 e Figuras 2 e 3). Os dois primeiros são os que apresentam maiores volumes de entradas e saídas, superando 2 milhões de pessoas na Ponte Tancredo Neves e quase 800 mil pessoas na Ponte da Amizade.

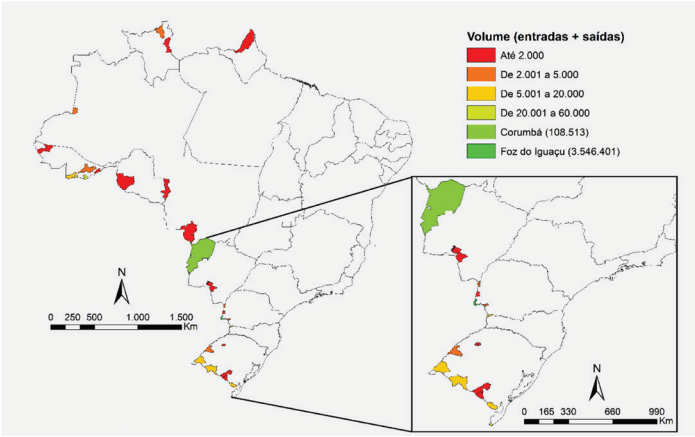
À exceção de Epitaciolândia – maior porta de entrada da imigração haitiana até 2015 – todos os demais postos apresentaram saldo migratório negativo. A antiga fronteira - caracterizada apenas pela grande circulação de população transfronteiriça - se revestiu, a partir de 2011 com a entrada da imigração haitiana, de caráter transnacional.

Tabela 7 - Entradas e saídas, volume e saldo migratório nos postos de fronteira segundo os principais países de origem, Brasil (2010-2015)*

Posto de fronteira	Tipo de movimento		Volume	Saldo
	Saída	Entrada		
Ponte Tancredo Neves	1.393.405	1.368.059	2.761.464	-25.346
Ponte da Amizade	406.945	377.992	784.937	-28.953
Corumbá	57.053	51.460	108.513	-5.593
Chuí	28.337	27.078	55.415	-1.259
Epitaciolândia	1.600	41.467	43.067	39.867
Uruguaiana	8.894	7.156	16.050	-1.738
Santana do Livramento	6.507	5.910	12.417	-597
Jaguarão	6.012	5.318	11.330	-694
Dionísio Cerqueira	4.287	3.908	8.195	-379
Assis Brasil	4.201	3.596	7.797	-605
Outros	11.940	18.509	30.449	6.569
Total	1.929.181	1.910.453	3.839.634	-18.728

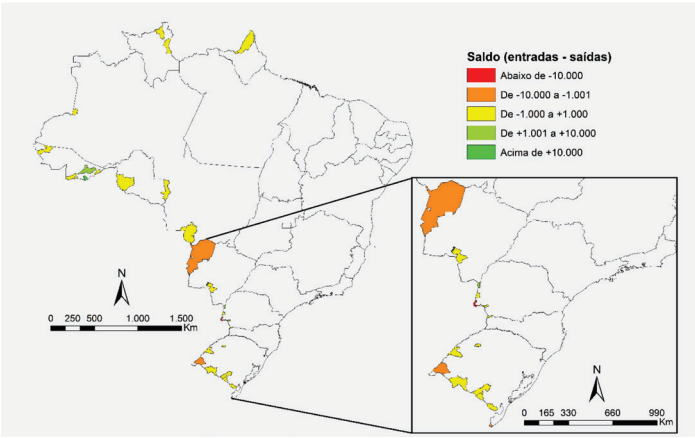
Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.
* Nota - Foram excluídos todos os casos nos quais o tipo de movimento não foi identificado. Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista.

Figura 2 – Volume total (entradas e saídas) de estrangeiros transitando pelas fronteiras terrestres, segundo município, Brasil (2010-2015)*



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.
* Nota - Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista.

Figura 3 – Saldo migratório de estrangeiros transitando pelas fronteirasterrestres, segundo município, Brasil (2010-2015)*



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.
* **Nota** - Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista.

Os principais tipos de vistos para os contingentes de entradas e saídas de estrangeiros na fronteira entre 2010-2015 foram: fronteiriço, permanente, temporário III (esportista), temporário V (Acordo Mercosul –Contrato de Trabalho) e solicitante de refúgio (concentrado na imigração haitiana), como indica a Tabela 7. Verifica-se também que a fronteira é lugar de entrada para chineses, coreanos, japoneses e libaneses (Tabela 8), sendo que o visto temporário V (Acordo Mercosul) é o que apresenta idade média mais jovem, em torno de 31 anos. O acordo para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) tem Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela como membros plenos e Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru como membros associados.

Tabela 8 - Principais classificações de movimentos (e distribuição relativa) para entradas e saídas entre os 10 países com maior volume total nos postos de fronteira terrestre, Brasil (2010-2015)*

País de origem	Saída		Entrada	
	Classificação 1	Classificação 2	Classificação 1	Classificação 2
Argentina	Fronteiriço (88,3%)	Permanente (8,7%)	Fronteiriço (88,6%)	Permanente (8,5%)
Paraguai	Fronteiriço (92,0%)	Permanente (4,0%)	Fronteiriço (91,1%)	Permanente (4,4%)
Bolívia	Permanente (49,8%)	Temp. V (31,9%)	Permanente (51,9%)	Temp. V (29,5%)
Uruguai	Permanente (68,0%)	Temp. V (12,1%)	Permanente (68,8%)	Temp. V (11,7%)
Haiti	Sol. Refúgio (62,7%)	Permanente (32,8%)	Sol. Refúgio (98,9%)	-
Líbano	Permanente (94,1%)	Provisório (4,2%)	Permanente (94,1%)	Provisório (4,2%)
China	Permanente (61,5%)	Temp. III (31,4%)	Permanente (78,5%)	Temp. III (13,3%)
Peru	Permanente (44,2%)	Temp. V (29,8%)	Permanente (49,0%)	Temp. V (25,5%)

Coréia do Sul	Permanente (56,9%)	Temp. III (19,6%)	Permanente (59,7%)	Temp. III (17,6%)
Japão	Temp. III (37,9%)	Permanente (36,8%)	Temp. III (37,5%)	Permanente (36,6%)

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.

* **Nota** - Foram excluídos todos os casos nos quais o tipo de movimento não foi identificado. Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista. Os movimentos destes 10 países somam 95,5% de todos os casos.

Tabela 9 - Idade média ao movimento para as 10 principais classificações em ordem decrescente de volume nos postos de fronteira terrestre, Brasil (2010-2015)*

Tipo de Visto	Idade média ao movimento	
	Entrada	Saída
Fronteiriço	37,74	37,71
Permanente	36,60	35,92
Temporário V (acordo MERCOSUL)	32,48	31,82
Temporário III (esportista)	47,46	47,28
Estrangeiro requerente	30,01	31,44
Solicitante de refúgio	39,54	39,58
Temporário IV (estudante)	41,32	42,35
Provisório	38,11	37,02
Temporário I (viagem cultural)	42,11	42,75
Brasileiro com dupla nacionalidade	43,83	44,09
Média	37,38	37,28

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.

* **Nota** - Não estão incluídos os casos classificados como:diplomata,oficiais, ; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista. Estas 10 classificações de movimento somam 99,8% dos casos.

No movimento total de entradas e saídas, os principais países de nascimento por município de fronteira (Tabela 9) indica a diversidade de entradas pela fronteira, não se restringindo apenas aos espaços binacionais ou trinacionais. No caso de Foz do Iguaçu, além das entradas da tríplice fronteira (Argentina e Paraguai) há a importante entrada de Libaneses, lugar histórico desta imigração no Brasil; para Corumbá, além da fronteira com a Bolívia, por este município passam peruanos e argentinos; no Chuí e em Santana do Livramento há a movimentação dos países vizinhos Uruguai e Argentina, mas também da Espanha e para Jaguarão, além dos dois primeiros países aparece a entrada de portugueses. Os municípios de Uruguaiana e Dionísio Cerqueira apresentam entradas e saídas com a Argentina e com o Chile, principais locais de movimentação terrestre de chilenos. O redesenho da fronteira se reforça com a presença da entrada haitiana principalmente em Epitaciolândia e em Assis Brasil, sendo que para a primeira fronteira surge a imigração senegalesa. Desse modo, essas evidências empíricas permitem concluir a importância dos espaços de fronteiras brasileiras na rota da migração transnacional (Baeninger, 2015).

Tabela 10 - Principais países de nascimentos dos estrangeiros nos municípios de maior volume de trânsito de estrangeiros nas fronteiras terrestres, Brasil (2010-2015)*

Município	Volume total	Principais países de origem e participação relativa		
		1º país	2º país	3º país
Foz do Iguaçu	**3.546.402**	Argentina (55,2%)	Paraguai (37,3%)	Líbano (1,1%)
Corumbá	**108.513**	Bolívia (90,4%)	Peru (6,3%)	Argentina (0,4%)
Chuí	**55.415**	Uruguai (75,5%)	Argentina (6,6%)	Espanha (2,4%)
Epitaciolândia	**43.067**	Haiti (90,4%)	Senegal (3,5%)	Bolívia (3,3%)
Uruguaiana	**16.050**	Argentina (64,8%)	Chile (14,8%)	Haiti (6,4%)

Santana do Livramento	**13.818**	Argentina (43,8%)	Uruguai (43,5%)	Espanha (1,2%)
Jaguarão	**11.330**	Uruguai (83,7%)	Argentina (6%)	Portugal (1,2%)
Dionísio Cerqueira	**8.199**	Argentina (90,2%)	Paraguai (1,6%)	Chile (1,1%)
Assis Brasil	**7.797**	Peru (79,4%)	Haiti (4,2%)	Bolívia (2,5%)
Outros	**29.196**	Argentina (28,8%)	Paraguai (13,2%)	Senegal (11,3%)

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Pier Francesco De Maria.
* **Nota** - Não estão incluídos os casos classificados como: diplomata; oficial; restos mortais; transbordo; trânsito; tripulação; e turista. Os movimentos destes 9 municípios (sem o grupo 'Outros') somam 99,2% de todos os casos.

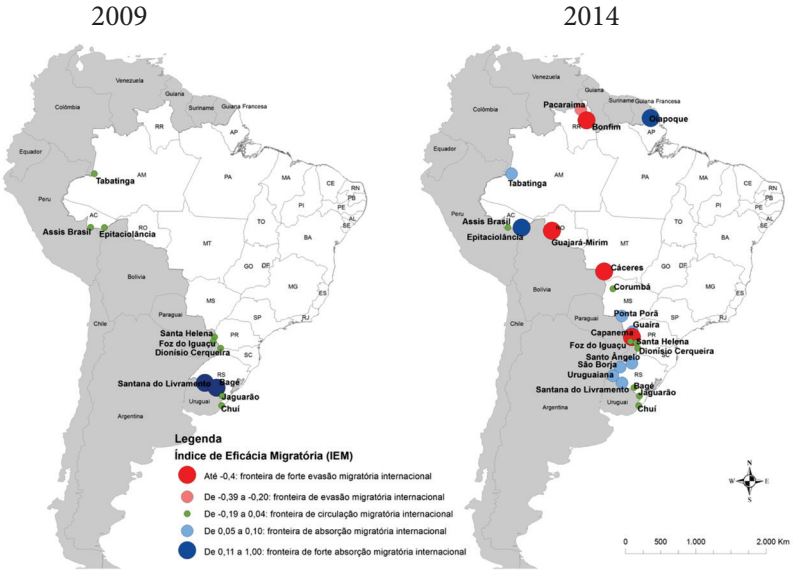
Tais entradas e saídas permitem caracterizar as fronteiras brasileiras em relação às nacionalidades dos imigrantes e emigrantes que passam pelos postos de controle da fronteira. Com as fronteiras da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Venezuela as fronteiras brasileiras constituem fortes áreas de circulação desses contingentes migratórios. Já com as fronteiras da Colômbia e Bolívia, as fronteiras têm indica intensos ganhos migratórios de bolivianos e colombianos, mas a fronteira com o Peru tem sido uma área de saída de peruanos do Brasil mais do que de entrada.

O índice de mobilidade internacional na fronteira (IMIF) possibilita identificar as nacionalidades com aumento de entradas e permanências de latino-americanos e demais nacionalidades no Brasil (Figura 4). As especificidades dessa imigração e emigração fronteiriças são de fundamental importância para o entendimento das áreas de fronteira, pois há uma mudança na centralidade da migração de fronteira que era no sul do país até 2010 para a faixa amazônica a partir de então.

A faixa de fronteira que vai do Centro Oeste em direção às fronteiras Norte do país registram, de maneira mais intensa, a entrada e saída de

imigrantes com nacionalidades latino-americanas, bem demais nacionalidade como haitiana, senegalesa, congolesa. Ou seja, a fronteira se tornou um espaço de migração transnacional (Baeninger, 2015). De fato, a entrada da imigração haitiana no Brasil é fortemente condicionada pela fronteira com os estados do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia.

Figura 4 – Caracterização das áreas de fronteira



Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).Elaborado por Natália Belmonte Demétrio

5. Utilizando as informações do STI para estimativa de saldo migratório

Por ser um sistema de registro de entradas e saídas de estrangeiros e nacionais do Brasil, o STI pode ser uma boa ferramenta para estimar o volume de imigrantes, o saldo migratório e, quando associado ao Sincre, produzir inferências sobre o status migratório permanência regular ou irregular - de nacionalidades específicas.

O conjunto de informações do STI que foi disponibilizado, apesar de limitado, permite desenvolver, de forma experimental, estimativas sobre o saldo migratório. Como o período de referência da base de informações é curto – 2010 a 2015[22] – a utilização desse conjunto de dados pode levar a resultados que estariam subestimando esse saldo, uma vez que os imigrantes que entraram no país antes 2010 não estariam sendo considerados. Assim para esse exercício preliminar optou-se por considerar unicamente os haitianos, uma vez que esse coletivo populacional era pouco expressivo no conjunto dos imigrantes estrangeiros no Brasil antes de 2010 e a sua entrada no país aconteceu, em maior volume, após o terremoto de janeiro daquele ano (FERNANDES, MILESI e FARIAS, 2011).

Durante o período estudado, 72.406 haitianos entraram no país, em diversas situações migratórias. Desse total, conforme indicado na tabela XXX, 56,1% eram solicitantes de refúgio, 35,5% eram portadores de visto permanente, 5,6% tinham visto de turista, 1,3% com visto temporário e outras categorias, como tripulação de navio ou aviões entre outros, 1,5%. No mesmo período saíram do país 12.656 haitianos, sendo o maior número de portadores de visto permanente. O resultado do movimento de entradas e saídas indicou um saldo de 59.750 imigrantes no período considerado.

Tabela 11 Movimento de entrada e saída de haitianos segundo tipo Classificação de Visto. Brasil, 2010 a 2015

Classificação	Entradas		Saída		Saldo	
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
Solicitante de Refúgio	40614	56,1	2889	22,8	37725	63,0
Visto Permanente	25720	35,5	5385	42,6	20335	34,0
Visto de Turista	4031	5,6	2697	21,3	1334	2,2
Visto Temporário	908	1,3	553	4,4	355	0,8
Outros	1133	1,5	1132	8,9	1	-
Total	72406	100,0	12656	100,0	59750	100,0

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas

[22] Dados disponíveis até 18 de novembro de 2015

Importante indicar que durante a estadia no Brasil o status migratório do estrangeiro pode passar por alterações, como, por exemplo, os haitianos demandantes de refúgio que obtêm a autorização de permanência e passam a ter um visto permanente. Nesse caso, quando da saída do país ele terá seu registro como portador de visto permanente, enquanto o registro de entrada o indicará como solicitante de refugio.

Na base de informações disponibilizadas, os vistos permanentes são apresentados de forma agregada o que impede a identificação das particularidades de cada caso. No entanto, para o conjunto dos haitianos que estão na base do STI como portadores de vistos permanentes e entraram no país até o final de 2015, a sua quase totalidade obtiveram esse visto como humanitário[23] no Consulado Brasileiro em Porto Príncipe.

As informações da base STI permitem também estimar o fluxo de entrada e saídas considerando a distribuição municipal dos postos de fronteira, o que indica os locais de maior fluxo e a sua direção. No caso dos haitianos, considerando o ano de 2015[24], são apresentadas abaixo as informações de entradas e saídas, para o caso dos demandantes de refúgio e portadores de visto permanente. Observa-se que na maioria dos municípios, pelo menos os de maior fluxo, há a manutenção das entradas em número superior às saídas o que indica a manutenção de um saldo positivo.

Tabela 12 Saldo de entradas e saídas por município de haitianos solicitantes de refúgio Brasil 2015.

Município	Entrada	Saídas	Saldo
ASSIS BRASIL	125	11	114
BELÉM	1	2	-1
BONFIM	1	4	-3
BRASÍLIA	30	51	-21

[23] Resolução Normativa nº 97, janeiro 2012.

[24] Dados até 18 de novembro de 2015

CAMPINAS	5	32	-27
CAMPO GRANDE	0	1	-1
CONFINS	8	2	6
CURITIBA	0	2	-2
DIONÍSIO CERQUEIRA	6	7	-1
EPITACIOLÂNDIA	11666	110	11556
FOZ DO IGUAÇU	47	86	-39
GUAÍRA	0	1	-1
GUARULHOS	208	595	-387
MANAUS	5	93	-88
OIAPOQUE	7	3	4
PACARAIMA	66	69	-3
PORTO ALEGRE	56	19	37
RIO BRANCO	43	0	43
RIO DE JANEIRO	15	62	-47
SANTO ÂNGELO	0	3	-3
SÃO BORJA	0	4	-4
TABATINGA	59	8	51
URUGUAIANA	79	450	-371
TOTAL	12427	1615	10812

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas

A tabela relativa aos demandantes de refúgio indica uma forte concentração, em 2015, na cidade de Epitaciolândia e em volume menor em Guarulhos. As entradas pela cidade de Tabatinga, no ano considerado, estavam reduzidas, pois as facilidades oferecidas nas cidades de fronteira do Acre contribuíram para a reorientação desse fluxo. Chama a atenção também a predominância das saídas sobre as entradas de demandantes de refúgio em Guarulhos e Uruguaiana, considerando que essa saída, caso não seja autorizada pelo Conare, leva a perda da condição de refugiado[25].

Tabela 13 Saldo de entradas e saídas por município de haitianos portadores de visto permanente. Brasil 2015.

Município	Entrada	Saídas	Saldo
ASSIS BRASIL	26	22	4
BELÉM	1	1	0
BONFIM	3	3	0
BRASÍLIA	216	60	156
CAMPINAS	54	68	-14
CHUÍ	1	3	-2
CONFINS	690	20	670
CORUMBÁ	4	5	-1
CURITIBA	1	8	-7
DIONÍSIO CERQUEIRA	9	12	-3
EPITACIOLÂNDIA	20	0	20
FLORIANÓPOLIS	1	0	1
FOZ DO IGUAÇU	59	90	-31

[25] Inciso IV, Artigo 39, Lei 9.474 de 22/07/1997

GUAÍRA	4	4	0
GUAJARÁ-MIRIM	1	3	-2
GUARULHOS	6838	1587	5251
JOINVILLE	0	0	0
MANAUS	678	229	449
OIAPOQUE	8	18	-10
PACARAIMA	17	16	1
PORTO ALEGRE	1667	40	1627
RECIFE	7	2	5
RIO DE JANEIRO	357	210	147
SALVADOR	1	2	-1
SANTO ÂNGELO	1	2	-1
SÃO BORJA	0	2	-2
TABATINGA	1	8	-7
URUGUAIANA	72	297	-225
TOTAL	10737	2712	8025

Fonte: STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PUC Minas

No caso dos imigrantes haitianos portadores de visto permanente as entradas acontecem em maior número pelos postos localizados em aeroportos servidos por voos internacionais. Os postos de fronteira terrestre registram pouca entrada de portadores desse tipo de visto, mas, em alguns, como na cidade de Uruguaiana as saídas ultrapassam as entradas.

Importante considerar que o portador do visto permanente não tem impedimento maior de deixar o país e a ele retornar. Assim um mesmo imigrante pode sair por um posto fronteiriço e retornar por outro. Situação que dificilmente aconteceria no caso de um demandante de refúgio.

Ainda considerando os vistos permanentes, a sua importância para as análises da migração haitiana no Brasil deve aumentar, uma vez que as entradas de demandantes de refúgio, principalmente, pela fronteira norte, em 2016 são praticamente nulas. Em fevereiro de 2015, 1.852 haitianos demandaram refúgio no Brasil, em novembro do mesmo ano esse número havia caído para 62 e em dezembro para 25. Por outro lado, as entradas de haitianos pelos aeroportos, em fevereiro de 2015, registraram 720 pessoas e dezembro esse volume chegou a 2.149.

6. Comentários Finais

A utilização dos registros administrativos para análise da dinâmica populacional vem se ampliando com o tempo. Em relação aos registros de óbitos e nascimentos os avanços realizados em termos da ampliação da cobertura e melhoria na qualidade da informação coletada têm permitido o uso desses dados na definição de políticas públicas.

No caso da migração internacional, os registros administrativos ainda têm pouca utilização, quer pelo restrito acesso ás fontes de dados, quer pela diversidade de informações coletadas pelos vários órgãos envolvidos no processo. Como já indicado no conjunto dos textos nessa publicação, a fonte mais completa e ampla de registros estaria no acervo da Polícia Federal que incluem informações sobre a entrada e saída de estrangeiros e brasileiros, no sistema STI, e os registros dos estrangeiros no sistema Sincre

O que se buscou nesse texto foi explorar, de forma preliminar, as pontencialidades do Sistema de Tráfego Internacional – STI para análises de fluxos migratórios. Apesar de não se ter o acesso ao conjunto de todas as informações coletadas pelo STI, o que foi apresentado indica que há grande potencial a ser explorado considerando os dados coletados por meio do sistema.

A possibilidade de avançar em estudos sobre os imigrantes brasileiros pode contribuir para a estimativa do fluxo migratório internacional de nacionais, inclusive com a definição de áreas com maior ou menor saldo. Ao mesmo tempo, ao se considerar as informações sobre o voo utilizado pode se ter uma visão dos destinos mais procurados.

No que tange à migração de estrangeiros, a incorporação á base de uma "chave" como o número de passaporte ou sequenciamento de variáveis, por exemplo, pode contribuir na estimativa do número de estrangeiro que permanencem no país e ao vincular essa informação á base do Sincre é possível se obter estimativas sobre a imigração irregular no país.

Em resumo, a utilização dos registros administrativos para análises sobre a migração internacional é um amplo campo que ainda precisa ser explorado. Por ser uma área recente tanto em aspectos relacionados ao acesso à informação bem como na sua utilização, há de se pautar na construção de pontes entre os produtores dos dados e os usuários, buscando trabalhar em conjunto o aperfeiçoamento de mecanismos de coleta da informação, registros de variáveis e dos instrumentos de consulta.

Referências

ALDRICH, Howard E.; WALDINGER, Roger. **Ethnicity and Entrepreneurship**. Annu. Rev. Sociol. 1990.16:111-135. Downloaded from www.annualreviews.org Access provided by Universidade de Sao Paulo (USP) on 09/04/15.

BAENINGER, Rosana. **Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais.** In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho.** Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, 2015.

BAENINGER, Rosana; MESQUITA, Romeu Bonk. **"Imigrantes Peruanos em São Paulo, Brasil: da solidariedade étnica ao empreendedorismo étnico?".** XI Reunión de Antropologíadel Mercosul. Anais....Montevideo-Uruguai, nov/dez, 2015.

BRZOZOWSKI, Jan. **Migração internacional e desenvolvimento econômico.** Revista ESTUDOS AVANÇADOS, 26 (75), 2012

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.**The age of migration: international population movements in the modern world.** 3rd. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. México, D.F: Editora de la UNAM, 1978.

CEPAL. **Governabilidadmigratoria y integración: caminos y encrucijadas**. CEPAL – SERIE Seminarios y conferencias, No 45, 2005.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. **Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história.** São Paulo: Ed. da Unesp; Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Durval. **O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias**. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho.** Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, 2015.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 6, nº 6 (2011). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. P. 73 – 98.

HAMMAR, Tomas. **Introduction to European immigration policy: a comparative study,** 1985. In: MARTINELLO, Marco; RATH, Jan. **Selected studies in international migration and immigrant incorporation.** Amsterdan: Amsterdan University Press, 2010.

HARVEY, David. **O enígma do capitale as crises do capitalismo.** 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014

LUPI, Carlos. **O Mercosul e as migrações.** In: MARTES, Ana C. B; SPRANDEL, Marcia A. (orgs.). **Mercosul e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração.** Brasília: Ministério do Trabalho, 2008.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas.** Brasília: IMDH, 2005 (Artigo publicado em Sitio da internet)

MÁRMORA, Lelio. **Modelos de governabilidadmigratoria: la perspectiva política en América delSur.** Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 71-92, jul./dez. 2010.

MARTES, Ana C. B; SPRANDEL, Marcia A. (orgs.). **Mercosul e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração.** Brasília: Ministério do Trabalho, 2008.

MESQUITA, Romeu; BAENINGER, Rosana. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. 8º Congreso Del Consejo de Investigaciones sobre America Latina (Ceisal), Salamanca, Espanha, 2016.

MOREIRA, Julia B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)** Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ONUKI, Janina. **O Brasil e a construção do Mercosul.** (In): ALTEMANI; LESSA. (Org.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 299-320

PALAU, Tomás. **MigraciónTransfronteriza em Paraguay.** (In): PELLEGRINO,

Adela (org.) **Migración y Integración.**EdicionesTrilce, Uruguai, 1995.

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: País de imigração?** In: Revista E-Metropolis, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.

PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes.** CEPAL/CELADE, 2003

REIS, Rossana. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 19 Nº. 55, 2005

REIS, Rossana R. **A política do Brasil para as migrações internacionais.** Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 33, p. 47-69, 2011.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.) **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.** Tradução Sérgio Bath. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SASSEN, Saskia. **Cities in a world economy.**2nd ed. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 2000

SILVA, Sidney A. da.**Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo.** Campinas: Núcleo de Estudos da População/Unicamp, 2008.

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISBN 3902880994-6